

PLANO^{DE} DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DO CONCELHO DE VALONGO

2011-2014



FICHA TÉCNICA

TÍTULO | PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VALONGO 2011- 2014

EDIÇÃO | Município de Valongo

| Conselho Local de Acção Social de Valongo

COORDENAÇÃO | Júlia Mendes - Coordenadora do Núcleo Executivo do CLAS de Valongo

SUPERVISÃO | Núcleo Executivo do CLAS de Valongo

CONCEPÇÃO E REDACÇÃO | Gabinete da Rede Social do Município de Valongo

DATA | Setembro de 2011

ÍNDICE

Introdução	4
Sumário Executivo	5
O processo de construção do PDS 2011-2014	6
Capítulo 1 - Do Diagnóstico Social ao PDS	8
1.1 - Síntese do Diagnóstico Social 2010	9
Território e População	9
Educação	10
Mercado de Trabalho e Desemprego	11
Saúde	12
Protecção Social e Rendimentos	14
Segurança	15
Crianças/Jovens em Risco e Violência Doméstica	15
Imigração	16
Deficiência	16
Recursos da Comunidade	17
1.2 - Prioridades de Intervenção	20
Capítulo 2 - Referencial Estratégico	24
Capítulo 3 - Plano de Desenvolvimento Social	34
Eixos e Objectivos Estratégicos do PDS 2011- 2014	36
Objectivo Transversal – Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde	37
Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	39
Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social	50
Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações	63
Bibliografia	69
ANEXOS	71

Introdução

O *Plano de Desenvolvimento Social 2011-2014* que agora se apresenta, elaborado no âmbito da Rede Social e na sequência dos anteriores instrumentos de planeamento estratégico, traça o caminho a seguir e os objectivos a atingir para o nosso Concelho no próximo triénio, no sentido de colmatar ou resolver as necessidades e problemas identificados, utilizando de forma articulada e planeada os recursos e potencialidades locais.

Este documento, estruturado em torno de 3 Capítulos, apresenta, primeiramente, o Sumário Executivo, com as ideias-chave do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), bem como o Processo de construção do PDS, ponto no qual é explanada a metodologia adoptada e as diferentes etapas do seu processo de elaboração.

No Capítulo 1 é apresentada uma síntese do Diagnóstico Social 2010, ponto de partida deste Plano, organizada de acordo com as temáticas ou dimensões abordadas naquele documento. São ainda apresentados os problemas considerados prioritários.

O Capítulo 2 constitui o Referencial Estratégico, construído com base nos diversos documentos de planeamento nacionais ou sectoriais analisados e com os quais este Plano se articula.

No Capítulo 3 é apresentado o Plano de Desenvolvimento Social propriamente dito, com os Eixos de Intervenção, os objectivos gerais e específicos para o Concelho no próximo triénio, surgindo de seguida o modelo de avaliação a implementar.

Este Plano de Desenvolvimento Social vai operacionalizar-se através de Planos de Acção anuais, a elaborar posteriormente, nos quais se definirão as actividades a desenvolver, com vista à prossecução dos objectivos estabelecidos. Nestes Planos de Acção anuais serão também definidos os timings previstos para a concretização das actividades, os parceiros responsáveis bem como os parceiros a envolver na sua execução.

O alcance dos objectivos e metas traçadas neste instrumento só será possível com a congregação de esforços e responsabilização de todos os parceiros que actuam localmente, e que participaram activamente em todo este processo de planeamento.

Efectivamente, é crucial que este Plano seja entendido como um **Plano Concelhio, para o qual todas as instituições devem contribuir**. E essa contribuição será materializada, por um lado, na elaboração e execução dos Planos Anuais, nos quais a responsabilidade pela execução das actividades será distribuída pelos diferentes parceiros, e por outro, ao servir de documento orientador de todas as intervenções futuras desencadeadas pelas entidades que actuam no terreno.

É portanto necessário que este instrumento de planeamento estratégico, e todos os objectivos aqui definidos, sejam devidamente apropriados por todas as instituições e agentes de desenvolvimento locais, cuja intervenção deverá ser orientada no sentido de permitir a sua concretização e alcance, tendo sempre em vista o desenvolvimento social do Concelho de Valongo.

Sumário Executivo

⇒ O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2011-2014 assentou, uma vez mais, na metodologia de planeamento estratégico e na participação e envolvimento dos parceiros, organizados em 5 Grupos Temáticos, com os quais se desenvolveram um total de **8 workshops**, tendo sido utilizado um instrumento que se baseia na **Matriz de Enquadramento Lógico (MEL)**.

⇒ Partindo do diagnóstico participado efectuado, que se consubstancia no Diagnóstico Social 2010, procedeu-se à priorização dos problemas, utilizando o Modelo Eisenhower, bem como à sua articulação com os diferentes instrumentos de planeamento nacionais e sectoriais.

⇒ Este PDS estrutura-se em **3 Eixos de Intervenção Prioritários** e um **objectivo transversal**:

- **Eixo 1 – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade**

- **Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social**

- **Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações**

- **Objectivo Transversal: Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde**

⇒ Com a definição do objectivo transversal pretende-se responder a vários problemas e necessidades enquadradas nos diferentes Eixos, assumindo-se a importância da prevenção e da promoção de estilos de vida saudável nas mais variadas áreas. A elaboração de um programa concelhio nesta área parte da necessidade de planear e racionalizar a intervenção, com o envolvimento de todas as entidades parceiras que desenvolvem acções na área da prevenção, fomentando a implementação, nos agrupamentos de escola e escolas não agrupadas, de projectos de prevenção que respondam aos problemas prioritários, tendo em conta os recursos locais

⇒ O Eixo I - Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade, remete para a necessidade de actuar ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos/as jovens quer dos/as adultos/as, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho, da racionalização e articulação da oferta formativa, bem como ao nível da criação de respostas que promovam a conciliação da vida familiar com a profissional.

⇒ No Eixo II - Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social, são definidos objectivos relacionados com a actuação, de uma maneira geral, na vulnerabilidade social, tentando responder a questões relacionadas com a intervenção ao nível da doença mental, das crianças/jovens em risco, da violência doméstica, dos comportamentos aditivos, bem como ao nível das pessoas com deficiência ou em situação de dependência.

⇒ No Eixo III – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações, são abordadas as questões da qualificação das instituições enquanto garante da sua sustentabilidade, bem como a consolidação de uma cultura de planeamento conjunto e de articulação das instituições, que constituem as pedras basais do Programa Rede Social.

O processo de construção do PDS 2011-2014

O processo de construção do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo assentou, uma vez mais, na metodologia de planeamento estratégico e na participação e envolvimento dos parceiros.

Numa 1.^a fase, o Núcleo Executivo procedeu à leitura e análise dos diferentes documentos estratégicos nacionais, no sentido de os articular com os problemas locais, com o objectivo de construir o referencial estratégico base do nosso instrumento local de planeamento.

Além disso, após a aprovação do Diagnóstico Social 2010, o Núcleo Executivo procedeu à priorização dos problemas, utilizando o **Modelo Eisenhower**¹ (Anexo 1), em que se analisa o grau de urgência com o grau de importância de cada problema, cujo resultado poderá ser consultado no capítulo 1. 2 deste documento.

Numa lógica de intervenção integrada, os problemas prioritários foram agrupados em torno de 3 Eixos de Intervenção:

- Eixo 1 – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade
- Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social
- Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações

Nesta perspectiva, e dada a importância da prevenção de comportamentos de risco e da promoção de estilos de vida saudáveis, decidiu-se pela definição de um objectivo transversal a todo o PDS que abordasse essa temática:

- Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde

Dando continuidade ao processo de elaboração do Diagnóstico Social 2010, à estratégia e à metodologia participada que habitualmente é utilizada, o Núcleo Executivo criou 5 Grupos Temáticos com base nos Eixos de Intervenção prioritários definidos, cuja composição consta do Anexo 2. Com esses Grupos Temáticos desenvolveram-se um total de **8 workshops** para elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, tendo sido utilizado um instrumento que se baseia na **Matriz de Enquadramento Lógico (MEL)**².

¹ “O Modelo Eisenhower constitui um meio de estabelecimento de prioridades. Consiste, fundamentalmente, numa técnica de transformação dos problemas em objectivos, por meio da determinação dos problemas que devem ser combatidos prioritariamente. Essa hierarquização/priorização é feita de acordo com a importância e a urgência dos problemas” (Schiefer et al., 2006a:257)

² “Instrumento de planeamento fundamental que condensa os diferentes aspectos de um projecto numa única matriz” (Schiefer et al., 2006a:256)

Do trabalho desenvolvido com os Grupos Temáticos resultou a definição, para cada eixo de intervenção, dos **objectivos gerais**³, **objectivos específicos**⁴, **indicadores objectivamente verificáveis**⁵, que possibilitam a sua avaliação, bem como dos **pressupostos ou condicionantes externos**⁶ que condicionam o alcance dos objectivos e que deverão ser tidos em consideração.

Foram ainda definidas algumas medidas ou acções-tipo que possam contribuir para o alcance dos objectivos almejados, que serão pormenorizados nos planos de acção anuais a elaborar posteriormente.

Posteriormente o Gabinete da Rede Social da Câmara Municipal de Valongo procedeu à redacção do documento propriamente dito, que foi validado em reunião do Núcleo Executivo de 15 de Setembro e, consequentemente, em Sessão Plenária do Conselho Local de Acção Social de Valongo.

³ "Condição geral, desejada, de longo prazo que um projecto pode ajudar a obter" (Schiefer et al., 2006a:259)

⁴ "Principal propósito do projecto; objectivo estabelecido pelo projecto que permitirá contribuir para a concretização do objectivo geral" (Schiefer et al., 2006a:259)

⁵ "Indicador mensurável e passível de verificação objectiva que permite fazer um juízo acerca do sucesso ou do insucesso de um determinado aspecto de um projecto. Variável, de carácter quantitativo ou qualitativo, que fornece informação necessária para determinar o grau de concretização de um dado objectivo." (Schiefer et al., 2006a:254)

⁶ "Hipótese plausível acerca do meio envolvente do projecto, de factores que se encontram fora do controlo do projecto mas que têm influência sobre ele; uma hipótese que deve ser realizada para o projecto ser total ou parcialmente bem sucedido" (Schiefer et al., 2006a:263)

Capítulo 1

Do Diagnóstico Social ao PDS

1.1 - Síntese do Diagnóstico Social 2010

Território e População

- ⇒ O Concelho de Valongo, de acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte 2008, teria, em 2008, **97.138 habitantes e uma densidade populacional de 1.293,45 hab/Km²**.
- ⇒ Continua a registar um forte aumento populacional: taxa de crescimento de **12,9%** (entre 2001 e 2008) é a 2.^a maior do Grande Porto.
- ⇒ Apresenta uma taxa de natalidade de **11,3‰**, a mais elevada dos Concelhos do Grande Porto o que, associado à 3.^a mais baixa taxa de mortalidade (**6,3‰**), origina uma **taxa de crescimento natural de 5,0‰**, a 2.^a maior do Grande Porto.
- ⇒ Acolhe uma das populações mais jovens do Grande Porto:
 - **3.^o menor índice de envelhecimento⁷ do Grande Porto, na ordem dos 77,8%**, o que significa que, por cada 100 jovens com menos de 15 anos, residem no Concelho de Valongo cerca de 78 idosos/as, enquanto a média nacional é de 108,7%;
 - **2.^o menor índice de dependência de idosos⁸, na ordem dos 18,3%**, o que significa que, por cada 100 pessoas em idade activa (entre os 15 e os 64 anos), residem no Concelho de Valongo cerca de 18 idosos/as, enquanto a média nacional é de 25,2%.
- ⇒ Não obstante tratar-se de um Concelho jovem, o Município de Valongo não constitui excepção à tendência nacional e europeia de envelhecimento da população, assistindo-se, também ao nível concelhio, **ao aumento da população com mais de 65 anos em detrimento da população jovem, que tem vindo a diminuir**, bem como ao envelhecimento da população em idade activa. No entanto este fenómeno não tem a mesma expressão que tem a nível nacional e na Região Norte.
- ⇒ Valongo é um Concelho com grandes potencialidades em termos sócio-demográficos, cuja população assume um perfil marcadamente jovem, destacando-se no contexto do Grande Porto, e relativamente a Portugal e à Região Norte, não obstante esta tratar-se de uma das 3 Regiões mais jovens do País.

⁷ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idade superior a 65 anos e o número de pessoas com idade inferior a 15 anos; traduz o número pessoas com idade superior a 65 anos por cada 100 com idade inferior a 15 anos.

⁸ Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos; traduz o número de pessoas idosas por cada 100 pessoas com 15-64 anos.

Educação

- ⇒ De acordo com os dados dos Censos 2001, **a maioria da população residente no Concelho de Valongo possui habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo do Ensino Básico (61,5%), e apenas 9,7% possui habilitações ao nível do ensino médio ou superior.** É ainda possível identificar o forte peso do 1.º ciclo **(35,5%)**, bem como uma taxa de ensino secundário **(17,1%)** equivalente à média da AMP **(17,0%)**.
- ⇒ **A população residente no Concelho de Valongo detém níveis de escolaridade semelhantes aos da generalidade da população portuguesa, ligeiramente superiores aos da região Norte mas ligeiramente inferiores aos da média dos Concelhos da AMP.**
- ⇒ Entre 2006 e 2009, **4302 pessoas aumentaram as suas qualificações escolares e 951 aumentaram as qualificações profissionais por via de formação ou processos de certificação de competências que decorreram no Concelho.**
- ⇒ **Abandono escolar⁹: em 2008/2009, 0,7% dos/as jovens matriculados/as abandonaram o sistema educativo sem concluir o Ensino Básico.**
 - diminuição substancial em relação ao ano lectivo 2005/2006, em que se registaram **138** situações de abandono do sistema educativo sem conclusão do Ensino Básico, facto indissociável da oferta crescente de Cursos de Educação e Formação que ocorreu nas escolas do Concelho;
 - **o abandono é maior no 3.º Ciclo**, naturalmente, e tem **maior expressão no sexo masculino, em todos os níveis de ensino.**
- ⇒ **Taxa de retenção¹⁰ escolar: 5,7% em 2008/2009.**
 - regista-se uma diminuição acentuada das retenções, para quase metade, em todos os níveis e ciclos de ensino;
 - a taxa de retenção é mais elevada entre os rapazes que entre as raparigas;
 - o nível secundário continua a ser o que regista maior taxa de retenções **(12,4%)**, principalmente o 12.º ano, com uma taxa de retenção de **26,9%** (bem mais baixa que os valores registados em 2004/2005: **44,2%**);

⁹ Situações de crianças/jovens que abandonam o sistema educativo sem concluir o 9º ano de Escolaridade, independentemente da idade

¹⁰ Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

- no Ensino Básico a taxa média é de **5,7%**, sendo o 3.º Ciclo aquele que regista maior taxa de insucesso. **A taxa de retenção é mais elevada entre os rapazes que entre as raparigas** em todos os ciclos e níveis de ensino, com maior destaque no 2.º Ciclo, em que o valor da taxa de retenção do sexo masculino mais que duplica em relação ao valor da taxa de retenção feminina;

- os anos de escolaridade críticos, onde se fazem sentir as subidas mais acentuadas das taxas de retenção, continuam a ser o 5.º e o 7.º, o que manifesta claramente alguma dificuldade dos alunos e alunas na transição de ciclo.

⇒ **A taxa de pré-escolarização¹¹** é, em 2009/2010, de **76,2%**.

⇒ **A população escolar da Educação Pré-Escolar tem vindo a aumentar significativamente** nos últimos anos, em virtude do aumento da oferta na rede pública. **No 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, tem-se registado uma redução substancial da população escolar.**

Mercado de Trabalho e Desemprego

⇒ Em 2007 operavam no Concelho de Valongo **8993** empresas; desde 2004 o n.º de empresas diminuiu 15,6%, sendo que no território nacional essa redução foi na ordem dos 12,7%.

⇒ Assiste-se à cada vez maior terciarização das empresas, com o aumento do n.º de empresas do sector terciário (79,5% das empresas localizadas no Concelho estão ligadas ao sector terciário e 20,5% ao sector secundário).

⇒ Predomínio de micro empresas: **96%** são micro empresas (- de 10 trabalhadores); **3,6%** são pequenas empresas (entre 10 e 49); **0,34%** são médias empresas (50 e 249) e apenas **0,07%** são grandes empresas.

⇒ O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem das empresas localizadas em Valongo é de **850€**, ligeiramente superior à média da Região Norte, mas inferior à média nacional. No que respeita à disparidade segundo o sexo, **os salários médios dos trabalhadores do sexo masculino são superiores aos do sexo feminino**, em média **225€**, sendo mais acentuada nos estabelecimentos do sector terciário. Esta disparidade acentua-se à medida que a escolaridade aumenta, sendo de **19,1%** nos/as trabalhadores/as com habilitações correspondentes ao ensino superior.

¹¹ Taxa de pré-escolarização: relação entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar e a população residente do grupo etário 3-5 anos.

⇒ Em Dezembro de 2009 registavam-se **7279** desempregados/as inscritos/as no Centro de Emprego de Valongo; desde Dezembro de 2008 verificou-se aumento na ordem dos **26,8%**, maior que o registado entre 2007 e 2008.

- aumento do n.º de desempregados/as há menos de um ano mas também de desempregados de longa duração; o rácio de desemprego de longa duração é de **40,6%**;

- feminização do desemprego, pois **56,4%** dos desempregados inscritos são mulheres; a diferença entre sexos não é tão acentuada no total do território nacional, em que a proporção de mulheres é de 53,1%;

- **47%** dos desempregados com idade entre 35 e 54 anos;

- **56,8%** dos inscritos detêm escolaridade igual ou inferior ao 2.º Ciclo. Apesar disso regista-se tendência de aumento de escolaridade da população desempregada.

Saúde

⇒ **A taxa de incidência¹² de casos notificados de doença de declaração obrigatória é de 0,4**, sendo que, no Grande Porto, o valor mais elevado é de 0,6 e o mais baixo de 0,1.

⇒ A taxa de mortalidade por tumores malignos é de **1,6** e a por doenças do aparelho circulatório de **1,9**.

⇒ Nas causas de internamento hospitalar, destacam-se, com valores superiores à Região Norte e Portugal, as **doenças do aparelho respiratório; doenças do sistema circulatório; doenças do sistema osteomuscular; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e transtornos mentais/doenças do sistema nervoso**.

⇒ No total das mortes ocorridas destacam-se, pelo seu maior peso relativo e quando comparado com a Região Norte e Portugal, os **tumores malignos**, as **doenças infecciosas** e as **doenças respiratórias**. Se atendermos à Taxa de Mortalidade Padronizada¹³ prematura, ou seja, de pessoas com idade inferior a 65 anos, no sexo **masculino** destacam-se os **óbitos por sida** e no sexo **feminino** destacam-se as mortes por **tumor maligno do colo do útero**, bem como do **lábio, cavidade oral e faringe**.

¹² Taxa de incidência: n.º de novos casos/população residente estimada x 100 000

¹³ Taxas obtidas através da aplicação das taxas de mortalidade específicas por grupo etário à população padrão europeia. Consiste, portanto, em calcular as taxas de mortalidade esperadas na população padrão. Permite a comparação de populações com diferentes estruturas etárias.

- ⇒ A taxa de incidência de Tuberculose no Concelho tem vindo a diminuir, tendo passado de **80,3** em 2000 e **75,2** em 2004 para **47,7** em 2008. Além disso, actualmente nenhuma das freguesias cumpre os critérios de alto risco, como acontecia com Campo em 2004.
- ⇒ **7%** dos/as inscritos/as no Agrupamento de Centros de Saúde de Valongo não têm médico de família, mas esta proporção reduziu bastante desde 2003, data em que eram **18,3%**, facto a que não será alheia a criação das Unidades de Saúde Familiar.
- ⇒ No Hospital N.ª Sra. da Conceição de Valongo (actualmente Unidade de Valongo do Centro Hospitalar S. João), dos **504** doentes em lista de espera para consultas, **262** aguardam marcação de 1ª consulta da especialidade de **Psiquiatria**.
- ⇒ **65%** dos doentes activos de psiquiatria são do sexo feminino.
- ⇒ A freguesia em que se regista maior número de doentes acompanhados no Serviço de Psiquiatria, em proporção à população residente, é **Campo, logo seguida de Valongo e Sobrado**.
- ⇒ O Concelho de Valongo conta com 3 Unidades da Rede Nacional Cuidados Continuados, num total de 55 camas:
- ⇒ No que toca às dependências, em Outubro de 2010 existiam **360** utentes activos em tratamento nos Centros de Respostas Integradas residentes no Concelho de Valongo, dos quais **100** são acompanhados na consulta descentralizada de Valongo, localizada no ACES de Valongo.
 - **89,9%** dos utentes é do sexo masculino. No que respeita à residência, **43%** reside em Ermesinde, **20,3%** reside na freguesia de Valongo, **15,5%** na freguesia de Campo, **12,7%** em Alfena, e **8,5%** em Sobrado;
 - Destaca-se uma vez mais a freguesia de **Campo**, com um rácio de utentes por 1000 habitantes de **6,5** enquanto a média do Concelho é de **4,2%**.
- ⇒ Iniciou-se em 2009 a implementação no território do Concelho de Valongo de dois Programas de Respostas Integradas (PRI), um na área da Prevenção e um na área da Reinserção. O projecto na área da Prevenção – Prival I, abarcou, em 2010, **68** utentes e o projecto na área da Reinserção – Prival II, teve **40** utentes.

Protecção Social e Rendimentos

⇒ Registou-se o aumento do n.º de pensionistas, na ordem dos **9,3%**: **17.218** em 2005 para **19.356** em 2009.

- predominam os **pensionistas do sexo feminino**, mais acentuado nas pensões por sobrevivência, relacionado com a maior esperança de vida das mulheres;
- o n.º de pensionistas com pensões de invalidez e sobrevivência (cujos valores são, em princípio, mais reduzidos) é de **16.586, 86% do total de pensionistas**;
- **relativamente ao peso dos pensionistas face à população total, o Concelho de Valongo regista o 4.º valor mais baixo do Grande Porto**;
- apresenta o **5º mais baixo valor médio anual das pensões: 4.512€** por ano por pensionista – significa que cada pensionista residente no Concelho de Valongo recebe, em média, uma pensão mensal no valor de cerca de **322€**.

⇒ Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, em 2009 contabilizavam-se um total de **3662** processos activos, abrangendo **8538** indivíduos.

- aumento exponencial do n.º de processos requeridos entre 2008 e 2009, bem como dos processos deferidos, ambos na ordem dos **44%** - indiciador do aumento das situações de precariedade económica;
- **54% das beneficiárias são do sexo feminino**;
- trata-se de uma população muito jovem, uma vez que **45,8%** dos/as beneficiários/as têm idade inferior a 25 anos e **67%** têm menos de 40 anos de idade;
- Relativamente ao peso dos/as beneficiários/as na população residente, em 2008, existem em Valongo cerca de **9 beneficiários de RSI em cada 100 residentes no Concelho**, 2º valor mais elevado do Grande Porto; é também um valor elevado relativamente à média do Grande Porto (7,5%);
- Dos **3662** processos activos em Dezembro de 2009, **2678** tinham acordos de inserção contratualizados, o que traduz uma percentagem de **73%**. No que respeita ao n.º de indivíduos abrangidos, **78%** são abrangidos por acordos de inserção.

⇒ Em 2009, foram **589** as famílias apoiadas por subsídios de **Acção Social da Segurança Social**, a maioria (**408**) pela rubrica “precariedade económica”.

⇒ Em 2009, **5803** desempregados residentes no Concelho de Valongo beneficiaram de Subsídio de desemprego, cujo valor médio anual foi de **3.189€**.

- ⇒ No que toca ao **Indicador de Poder de Compra *per Capita*¹⁴**, Valongo regista o **3º mais baixo dos Concelhos do Grande Porto (83,08)**. Apesar disso é um dos 15 Concelhos da Região Norte com maior Poder de Compra *per capita*, ocupando o 14.º lugar.

Segurança

- ⇒ Entre 2008 e 2009 o Concelho de Valongo assistiu a um aumento do número total de crimes registados na ordem dos **8,5%** (aumento médio nos Concelhos do Grande Porto é de 7,3%).
- ⇒ Regista uma taxa de criminalidade de **32,6‰**, situando-se exactamente no meio da tabela comparativamente aos outros concelhos do Grande Porto.
- ⇒ No que respeita à sinistralidade, registaram-se, em 2008, **276 acidentes com vítimas**, 9 vítimas mortais e 9 feridos leves; regista o **maior índice de gravidade dos Concelhos do Grande Porto, na ordem dos 3,3%**.

Crianças/Jovens em Risco e Violência Doméstica

- ⇒ Em 2009, existiam **209 processos activos** na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Valongo; foram instaurados 196 processos nesse ano.
- **50%** dos processos instaurados são de **crianças até 10 anos de idade**;
 - problemáticas dominantes na CPCJ de Valongo: negligência e exposição a modelos de comportamentos desviantes.
- ⇒ Durante o ano de 2009 foram intervencionados, pela **Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT)**, **158** processos em Valongo e, em Junho de 2010, encontravam-se em intervenção 100 processos de promoção e protecção.
- ⇒ No Concelho de Valongo as Forças de Segurança (PSP e GNR), registaram, em 2009, **332** ocorrências de violência doméstica (aumento de 22% em relação ao ano anterior).
- **91%** das vítimas são do sexo feminino, grande parte com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos;

¹⁴ Número índice que compara o poder de compra manifestado nos diferentes Concelhos e Regiões, em termos *Per Capita*, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100.

- **91%** dos agressores são do sexo masculino, 16% dos quais com idade igual ou superior a 65 anos;

- **76,8%** das ocorrências foram casos de violência perpetrada por cônjuge ou companheiro, **8,8%** por ex-cônjuge/companheira, merecendo ainda destaque o n.º de casos de violência perpetrada por filhos/as (**7%**).

⇒ O n.º de processos instaurados em tribunal, decorrentes de crimes de violência doméstica tem vindo a aumentar desde 2007, tendo passado de 184 para 314 (um aumento de **71%**). Também o número de acusações aumentou em **71%** nestes 2 anos, de 28 para 48.

Imigração

⇒ Entre 2006 e 2007, **397** estrangeiros residentes no Concelho de Valongo solicitaram estatuto de residentes, grande parte dos quais provenientes da Europa (53%) e do Continente Americano (29%).

⇒ Durante o ano de 2009, **114** pessoas recorreram aos serviços do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI), sendo que a **maioria (59%) era do sexo masculino**. No que respeita à nacionalidade, **a maioria é proveniente do Brasil**, surgindo logo de **seguida o Senegal e os Países de Leste** (Ucrânia, Rússia e Moldávia). As principais problemáticas apresentadas por estes utentes foram as relacionadas com **a legalização, a procura de emprego e o reconhecimento/equivalência de habilitações**.

Deficiência

⇒ Em 2001 existiam, de acordo com o INE, **5140 pessoas com deficiência** no Concelho de Valongo, representando **5,9%** da população residente.

- **63,1%** da população com deficiência não tinha qualquer actividade económica.

⇒ No ano lectivo 2009/2010, existiam **383** crianças/jovens com necessidades educativas especiais integrados nos estabelecimentos de educação e ensino da Rede Pública, das quais 65% do sexo masculino. Estavam ainda integradas **30** crianças/jovens nas 5 Unidades de Apoio Especializado concelhias; **23** crianças foram acompanhadas no âmbito da Intervenção Precoce na Infância.

Habitação

- ⇒ Em 2008 existiam, no Concelho, **41.552** Alojamentos Familiares, o que significa um aumento de **24,2%** desde 2001.
- ⇒ O n.º de processos activos no ficheiro de procura de habitação social era, em 2009, de **883**, a maioria dos quais dizem respeito a pessoas a residir em apartamentos.
- ⇒ O Parque Habitacional Municipal é composto por 17 empreendimentos, num total **1097 fogos**.

Recursos da Comunidade

- ⇒ No que respeita às respostas para crianças com idade inferior a 3 anos, no Concelho de Valongo existiam, em 2010, **18** Equipamentos de Creche, dos quais apenas **6** são da Rede Solidária (promovidas por IPSS's ou equiparadas), e **12** são da Rede Lucrativa. Mantém-se ainda a Creche Familiar, que é um conjunto de amas residentes numa mesma área geográfica (freguesia de Ermesinde) e enquadradas por uma Instituição Particular de Solidariedade Social, no caso o Centro Social de Ermesinde.
 - A **taxa de cobertura**¹⁵ calculada com base nas estimativas de população residente em 2007 e nos questionários aplicados juntos das respostas sociais concelhias é de **17,8%**;
 - Número de utentes em lista de espera: **540** crianças (em 2005 eram 350);
 - **Taxa de utilização**¹⁶ nos equipamentos da rede solidária é superior a 100%, o que significa que o número de utentes é superior à capacidade instalada.
- ⇒ No que respeita à população idosa, existiam, em 2010, 4 Lares de Idosos, 6 Serviços de Apoio Domiciliário, 6 Centros de Dia e 1 Centro de Convívio.
 - A **taxa de cobertura global** destas respostas sociais, calculada com base nas estimativas de população residente em 2007 e nos questionários aplicados juntos das respostas sociais concelhias é de **11,6%**;

¹⁵ Taxa de cobertura calculada de acordo com a seguinte fórmula: N.º de utentes/população-alvo X 100

¹⁶ Taxa de utilização calculada de acordo com a seguinte fórmula: N.º de utentes/capacidade instalada X 100

- Número de **utentes em lista de espera**: Lar de Idosos **828** pessoas; SAD **287** pessoas; Centro de Dia **65** pessoas;
- **Taxas de utilização** situam-se nos **100%**.

⇒ No que concerne às pessoas com deficiência, existe no Concelho um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e um Lar Residencial para pessoas com Deficiência, do Centro Social e Paroquial de Alfena, com capacidade para 30 e 24 pessoas, respectivamente.

- Número de **utentes em lista de espera**: CAO **253** pessoas; Lar Residencial **80** pessoas;
- **Taxa de utilização**: 100%

⇒ O Concelho conta ainda com uma Comunidade de Inserção, que integra muitas pessoas com deficiência e doença mental, e que regista uma taxa de utilização muito elevada, na ordem dos **323,3%**, o que significa que o número de utentes triplica a sua capacidade.

⇒ O mesmo acontece com o Centro de Apoio à Vida que, em 2010, tinha 225 utentes, com uma taxa de utilização de **450%**.

⇒ Outras respostas e serviços locais:

- ADOLESCER – Espaço de Atendimento a Jovens (Câmara Municipal de Valongo)
- AGÊNCIA PARA A VIDA LOCAL – AVL (Câmara Municipal de Valongo)
- AJUDA ALIMENTAR
- BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO
- COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE MEDICAÇÃO
- EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTO MÉDICO E MATERIAL ORTOPÉDICO
- LOJA SOCIAL
- CARTÃO IDOSO/A MUNICIPAL
- PROGRAMA DE ACÇÃO SÉNIOR – PAS
- UNIVERSIDADE/ESCOLA SÉNIOR
- VALONGO EM LINHA
- APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO
- CENTROS NOVAS OPORTUNIDADES – CNO
- ENTIDADES FORMADORAS
- GABINETES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP)

⇒ Projectos de Intervenção Comunitária:

- **PRIV@L** – projecto no âmbito das dependências, que actua nos domínios da Prevenção e da Reinserção, com a criação do Gabinete “Trilho Certo”, entre inúmeras outras acções.

- **INTERV@L – Plano de Intervenção em Valongo** – projecto desenvolvido no âmbito dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, que desenvolve inúmeras actividades enquadradas em 4 Eixos:

- Eixo 1- Emprego, formação e qualificação, com a criação do Gabinete de Apoio à Formação, Qualificação e Empreendedorismo Form@job;

- Eixo 2 - Intervenção familiar e parental, com a criação do Gabinete Inter@juda – Espaço Crescer;

- EIXO 3 - Capacitação da comunidade e das instituições

- EIXO 4 - Informação e acessibilidade

1.2 - Prioridades de Intervenção

A definição das prioridades de intervenção surgiu, como já foi referido, da aplicação do **Modelo Eisenhower** aos problemas identificados em sede de Diagnóstico Social, por parte do Núcleo Executivo.

As prioridades de intervenção são os problemas cuja resolução se revela fundamental a médio prazo, pelo seu grau de importância e de urgência, consensualizados pelo Núcleo Executivo.

O quadro seguinte ilustra o resultado dessa priorização, ao apresentar os problemas concelhios organizados de acordo com o grau de prioridade atribuído.

Quadro 1 – Prioridades de Intervenção

Problemas	Prioridades
Fraca qualidade das aprendizagens efectivas dos/as alunos/as Baixos níveis de qualificação escolar e profissional (de algumas franjas da população adulta) Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho Desadequação entre a procura e oferta formativa Ausência de competências pessoais para a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida Insuficiência de respostas de ocupação das crianças e jovens durante os períodos sem aulas Baixas expectativas de alunos/famílias face à escola Necessidade de aumentar vagas e diversificar os serviços para idosos com algum grau de dependência que permanecem em suas casas (apoio domiciliário) Insuficiência de respostas de apoio a famílias de pessoas com doença mental Alcoolismo Toxicodependência Circulação e/ou consumo de substâncias psicoactivas em contexto escolar Precariedade Económica Falta de respostas ao nível do acompanhamento de famílias desestruturadas (Terapia/Mediação Familiar; Falta de programas de Educação Parental) Dificuldades no acesso das crianças/jovens em risco a serviços de saúde (médico de família, especialidades de Pedopsiquiatria e Estomatologia) Insuficiência de respostas de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência Falta de articulação entre instituições e serviços	Prioridade I

<p>Abandono Escolar</p> <p>Falta de ofertas formativas adequadas a jovens desenquadrados do sistema regular</p> <p>Desemprego</p> <p>Emprego Precário</p> <p>Insuficiência de respostas sociais da rede solidária para crianças com idade inferior a 3 anos nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo</p> <p>Insuficiência de Recursos Humanos nas escolas: auxiliares acção educativa (apoio a crianças com NEE); Técnicos especializados (Psicologia, serviço social, etc); docentes apoio educativo</p> <p>Falta de resposta para colocação de pessoas em situação de dependência sem retaguarda familiar</p> <p>Falta de respostas ao nível dos idosos acamados</p> <p>Ausência de estruturas especializadas de apoio a idosos com doença neurológica (Alzheimer, demências, etc.)</p> <p>Ausência de respostas para pessoas com doença mental</p> <p>Carência de profissionais ao nível dos cuidados de saúde</p> <p>Elevados encargos com a habitação</p> <p>Falta de apoios pecuniários aos mais desfavorecidos, designadamente ao nível da medicação</p> <p>Ausência de alojamentos e soluções para a autonomia habitacional de vítimas de violência doméstica</p> <p>Inexistência de programas de prevenção da Violência Doméstica e de Intervenção com Agressores/as</p> <p>Ausência de respostas à Multideficiência ao nível dos 2.º e 3.º ciclos</p> <p>Ausência de centros de recursos concelhios (equipas multidisciplinares) para crianças e jovens com deficiência</p> <p>Carência de Equipamentos e Respostas Sociais na área da Deficiência: Centro Actividades Ocupacionais, Lar Residencial, Intervenção Precoce</p> <p>Dificuldades na integração profissional das pessoas com deficiência</p> <p>Insuficiência ao nível das acessibilidades</p> <p>Falta de apoios /financiamento às instituições do 3.º sector</p>	<p>Prioridade II</p>
<p>Falta de equipamentos multimédia e material didáctico (problema específico da Educação Pré-Escolar, 1.º CEB e Escola Secundária de Ermesinde)</p> <p>Insuficiência de prestação de serviços domiciliários ao nível dos cuidados continuados</p> <p>Falta de formação específica para técnicos/as: crianças e jovens em risco/Mediação Familiar/Intervenção Motivacional</p>	<p>Prioridade III</p>

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos problemas agrupados nos diferentes Eixos de Intervenção, já referenciados anteriormente, de acordo com o grau de prioridade atribuído.

Quadro 2 – Eixos Estratégicos de Intervenção

Eixos Estratégicos de Intervenção	Problemas	Prioridades
Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	Fraca qualidade das aprendizagens efectivas dos/as alunos/as Baixos níveis de qualificação escolar e profissional (de algumas franjas da população adulta) Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho Desadequação entre a procura e oferta formativa Ausência de competências pessoais para a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida Insuficiência de respostas de ocupação das crianças e jovens durante os períodos sem aulas Baixas expectativas de alunos/famílias face à escola	Prioridade I
	Abandono Escolar Falta de ofertas formativas adequadas a jovens desenquadrados do sistema regular Desemprego Emprego Precário Insuficiência de respostas sociais da rede solidária para crianças com idade inferior a 3 anos nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo Insuficiência de Recursos Humanos nas escolas: auxiliares acção educativa (apoio a crianças com NEE); Técnicos especializados (Psicologia, serviço social, etc); docentes apoio educativo	Prioridade II
	Falta de equipamentos multimédia e material didáctico (problema específico da Educação Pré-Escolar, 1.º CEB e Escola Secundária de Ermesinde)	Prioridade III
Eixo II – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social	Necessidade de aumentar vagas e diversificar os serviços para idosos com algum grau de dependência que permanecem em suas casas (apoio domiciliário) Insuficiência de respostas de apoio a famílias de pessoas com doença mental Alcoolismo Toxicodependência Circulação e/ou consumo de substâncias psicoactivas em contexto escolar Precariedade Económica Falta de respostas ao nível do acompanhamento de famílias desestruturadas (Terapia/Mediação Familiar; Falta de programas de Educação Parental) Dificuldades no acesso das crianças/jovens em risco a serviços de saúde (médico de família, especialidades de Pedopsiquiatria e Estomatologia) Insuficiência de respostas de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência	Prioridade I

Eixos Estratégicos de Intervenção	Problemas	Prioridades
Eixo II – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social	Falta de resposta para colocação de pessoas em situação de dependência sem retaguarda familiar Falta de respostas ao nível dos idosos acamados Ausência de estruturas especializadas de apoio a idosos com doença neurológica (Alzheimer, demências, etc.) Ausência de respostas para pessoas com doença mental Carência de profissionais ao nível dos cuidados de saúde Elevados encargos com a habitação Falta de apoios pecuniários aos mais desfavorecidos, designadamente ao nível da medicação Ausência de alojamentos e soluções para a autonomia habitacional de vítimas de violência doméstica Inexistência de programas de prevenção da Violência Doméstica e de Intervenção com Agressores/as Ausência de respostas à Multideficiência ao nível dos 2.º e 3.º ciclos Ausência de centros de recursos concelhios (equipas multidisciplinares) para crianças e jovens com deficiência Carência de Equipamentos e Respostas Sociais na área da Deficiência: Centro Actividades Ocupacionais, Lar Residencial, Intervenção Precoce Dificuldades na integração profissional das pessoas com deficiência Insuficiência ao nível das acessibilidades	Prioridade II
	Insuficiência de prestação de serviços domiciliários ao nível dos cuidados continuados	Prioridade III
Eixo III – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações	Falta de articulação entre instituições e serviços	Prioridade I
	Falta de apoios /financiamento às instituições do 3.º sector	Prioridade II
	Falta de formação específica para técnicos/as: crianças e jovens em risco/Mediação Familiar/ Intervenção Motivacional	Prioridade III

Capítulo 2

Referencial Estratégico

O processo de planeamento estratégico local pressupõe, necessariamente, a articulação com os diferentes documentos de planeamento nacionais e sectoriais, aliás tal como defende a legislação de enquadramento do Programa Rede Social – Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho, quer no seu enquadramento “(...) é fundamental que no planeamento social de carácter local, assim como na rentabilização dos recursos concelhios, estejam sempre presentes as medidas e acções definidas nos diferentes documentos de planeamento (...)”, quer no seu artigo 36.º:

“ 1 — O PDS é um plano estratégico que se estrutura a partir dos objectivos do PNAI e que determina eixos, estratégias e objectivos de intervenção, baseado nas prioridades definidas no DS.

(...)

3 — O PDS tem carácter obrigatório, tendo uma duração sincronizada com o calendário da Estratégia Europeia.

4 — O PDS integra as prioridades definidas aos níveis nacional e regional, nomeadamente as medidas e acções dos planos estratégicos sectoriais.

5 — O PDS integra ainda a dimensão de género, através de eixos e medidas que promovam a igualdade entre homens e mulheres.”

Conscientes dessa necessidade, procedeu-se à leitura e análise dos seguintes documentos:

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)
- Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF)
- IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica
- IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011-2013
- Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010 (PNAI)
- Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016
- Programa Educação 2015
- Programa Nacional de Reformas Portugal 2020 (PNR)
- Programa Operacional Factores de Competitividade 2007-2013
- Programa Operacional Potencial Humano 2007-2013 (POPH)
- Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013
- Quadro Referencial Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)
- Referencial Estratégico da Plataforma Supraconcelhia Grande Porto

A análise destes documentos teve como base os problemas concelhios prioritários, tendo sido estabelecida a relação entre esses mesmos problemas e os objectivos ou metas definidos nos diferentes documentos de planeamento, cujo resumo se apresenta nos quadros seguintes, por Eixo de Intervenção.

Quadro 3 – Relação entre Problemas Prioritários do Concelho de Valongo e Planos/Programas Nacionais

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	- Fraca qualidade das aprendizagens efectivas dos/as alunos/as	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as competências básicas dos alunos portugueses, alcançando as seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> - Resultados de provas e exames nacionais – Língua Portuguesa e Matemática: elevação de quatro pontos percentuais das percentagens de classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais, tomando por base os valores verificados no ano lectivo 2009/2010 - Taxas de repetência: 1.º ciclo: 2%; 2.º ciclo: 5%; 3.º ciclo: 10%; Secundário: 12% (<i>Programa Educação 2015</i>) - Contribuir para o acesso e sucesso educativo (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	- Baixos níveis de qualificação escolar e profissional (de algumas franjas da população adulta) - Ausência de competências pessoais para a empregabilidade e aprendizagem ao longo da vida - Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho - Desadequação entre a procura e oferta formativa - Baixas expectativas de alunos/famílias face à escola	<ul style="list-style-type: none"> - Elevar os níveis de qualificação escolar e profissional dos activos, empregados e desempregados (EFA, RVCC, Formação Modular Certificada): <ul style="list-style-type: none"> - N.º adultos com dupla certificação: 140.500 até 2010 e 327.900 até 2015 (<i>POPH – Eixo 2</i>) - Aumentar a participação dos activos na formação, através da modulação e do ajuste das ofertas formativas: <ul style="list-style-type: none"> - N.º de adultos que obtiveram competências escolares e/ou profissionais certificadas: 507.500 até 2010 e 888.500 até 2015 (<i>POPH – Eixo 2</i>) - Distinguir a opção de fazer do 12.º ano o referencial mínimo de escolaridade para todos e assegurar que as ofertas profissionalizantes de dupla certificação passem a representar metade das vagas em cursos de educação e formação que permitam a conclusão do secundário (<i>POPH – Eixo 1</i>) - Garantir a participação de Desempregados de Longa Duração (DLD) numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade (<i>ENDS</i>) - Abranger 80 000 beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em acções de formação/ qualificação e/ou em mercado de trabalho, até 2010 (<i>PNAI</i>) - Abranger 141.288 indivíduos em POC e 12.984 em Empresas de Inserção (<i>PNAI</i>) - Abranger 8.800 pessoas em formação para a inclusão (<i>PNAI</i>) - Promover a aquisição de competências e qualificações escolares e formativas: <ul style="list-style-type: none"> - 45 beneficiários de RSI integrados em 3 cursos EFA; - aumento das ofertas formativas e educativas - 2000 certificados nos CNO - 1 portal de educação (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono Escolar - Falta de ofertas formativas adequadas a jovens desenquadrados do sistema regular 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, alcançando as seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de desistência aos 14 anos: <1% - Taxa de desistência aos 15 anos: <2% - Taxa de desistência aos 16 anos: <4% (<i>Programa Educação 2015</i>) - Redução para 10% de taxa de saída precoce dos sistemas de educação e formação até 2020 / calendarização da meta: 2011 – 27%; 2012 – 23%; 2013 – 19%; 2014 – 15% (<i>PNR 2020</i>) - Abranger 415.000 jovens na Iniciativa Novas Oportunidades, no período entre 2008 e 2010 (<i>PNAI</i>) - Aumentar o n.º de jovens diplomados com dupla certificação (alternância, cursos profissionais e Cursos Educação e Formação): <ul style="list-style-type: none"> - 9.º ano e nível II: 24.00 até 2010 e 56.000 até 2015; 12.º ano e nível III: 96.000 até 2010 e 224.000 até 2015 (<i>POPH – Eixo 1</i>) - Contribuir para o acesso e sucesso educativo: <ul style="list-style-type: none"> - incluir jovens no sistema escolar; - redução da taxa de abandono escolar; - integrar jovens que abandonaram o 3.º ciclo em medidas específicas; - projecto-piloto de apoio à transição de ciclos (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de respostas sociais da rede solidária para crianças com idade inferior a 3 anos nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo - Insuficiência de respostas de ocupação das crianças e jovens durante os períodos sem aulas 	<ul style="list-style-type: none"> - Duplicar o n.º de creches a funcionar com horário superior a 11 horas diárias, quando solicitado por 30% dos pais (+360 até 2010) (<i>PNAI</i>) - Alargar o n.º de vagas em creche, atingindo uma taxa de cobertura a nível nacional de 33% até 2010 (<i>PNAI</i>) - Ao nível da educação pré-escolar, atingir uma cobertura de pelo menos 77% em todo o território nacional, e de 100% para as crianças de 5 anos (<i>PNAI</i>) - Aumentar a frequência no pré-escolar: <ul style="list-style-type: none"> - crianças de 5 anos (atingir 100% até 2009); crianças entre 3 aos 5 anos (atingir 90% até 2010); crianças entre 0 e 3 anos abrangidos por serviços de cuidados a crianças (atingir 35% em 2010) (<i>ENDS</i>) - Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: <ul style="list-style-type: none"> - criação de mais 1634 lugares em creche; - criação de mais 108 lugares em ATL (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>) - Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas respostas sociais: <ul style="list-style-type: none"> - 117 creches com alargamento de horário (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	- Desemprego Emprego Precário	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a criação de emprego e o empreendedorismo (microcrédito e medidas activas de emprego): postos de trabalho criados: 11.600 até 2010 e 20.300 até 2015 (<i>POPH – Eixo 5</i>) - Promover a transição dos jovens para a vida activa: estagiários integrados após conclusão de estágio: 35.000 até 2010 e 81.000 até 2015 (<i>POPH – Eixo 5</i>) - Apoio à inserção de desempregados em actividades socialmente úteis: n.º de desempregados apoiados: 45.000 até 2010 e 180.000 até 2015; n.º de beneficiários de RSI apoiados: 8.000 até 2010 e 32.000 até 2015 (<i>POPH – Eixo 5</i>) - Taxa de emprego de 75%, para a população entre os 20 e os 64 anos, em 2020; previsão intercalar de 71% em 2014 (<i>PNR 2020</i>) - Favorecer a participação no mercado de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - criação de 1 Gabinete de Empregabilidade; - constituição de 1 Rede Local de Emprego (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	- Insuficiência de Recursos Humanos nas escolas: auxiliares acção educativa (apoio a crianças com NEE); Técnicos especializados (Psicologia, serviço social, etc); docentes apoio educativo	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a formação específica aos professores de educação especial (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Promover a formação do pessoal auxiliar das escolas com NEE (<i>ENDEF – Eixo 3</i>)
	- Falta de equipamentos multimédia e material didáctico (problema específico da Educação Pré-Escolar, 1.º CEB e Escola Secundária de Ermesinde)	<ul style="list-style-type: none"> - Atingir o rácio de 2 alunos por computador ligado à internet; assegurar um videoprojector em todas as salas de aula; assegurar um quadro interactivo em cada 3 salas de aula até 2010 (<i>PNAI</i>) - Garantir o acesso à internet em todas as salas de aula (<i>PNAI</i>) - Aumentar n.º de computadores nas escolas: 1 computador por cada 5 estudantes até 2010 (<i>ENDS</i>) - Apoio ao reequipamento dos estabelecimentos de ensino: 1.400 estabelecimentos de ensino apoiados até 2013 (<i>POPH – Eixo 2</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo 2 – Promoção da Saúde e da Integração e Actuação na Vulnerabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de respostas para pessoas com doença mental - Insuficiência de respostas de apoio a famílias de pessoas com doença mental 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização progressiva nos SLSM (Serviço Local de Saúde Mental) de Unidades ou Equipas de Saúde Mental Comunitária (USMC/ECSM), responsável pelos cuidados prestados a sectores de cerca de 80 000 habitantes, de acordo com o n.º 2-a) do artº 10º do decreto-Lei 35/99 de 5 de Fevereiro: consulta externa e intervenção na comunidade, nomeadamente apoio domiciliário e desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção da doença, a assegurar, em cada sector geodemográfico com cerca de 80 000 habitantes, por equipas multiprofissionais (<i>Plano Nacional de Saúde Mental</i>) - Até final de 2012 é criada uma Unidade ou Equipa de Saúde Mental comunitária no Serviço Local de Saúde Mental (<i>Plano Nacional de Saúde Mental</i>) - Criação de 3 novas Unidades/Serviços na Região Norte até final de 2009, ao nível dos Serviços de Saúde Mental da Infância e da Adolescência (<i>Plano Nacional de Saúde Mental</i>) - Criação de um grupo de trabalho <i>misto</i> para a definição de respostas a problemas de Crianças e Jovens em Risco (<i>Plano Nacional de Saúde Mental</i>) - Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: <ul style="list-style-type: none"> - criação de 1 Fórum Sócio-Ocupacional para 30 pessoas com doença mental - criação de respostas de cuidados continuados na área da saúde mental (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de resposta para colocação de pessoas em situação de dependência sem retaguarda familiar - Falta de respostas ao nível dos idosos acamados - Ausência de estruturas especializadas de apoio a idosos com doença neurológica (Alzheimer, demências, etc.) - Necessidade de aumentar vagas e diversificar os serviços para idosos com algum grau de dependência que permanecem em suas casas (apoio domiciliário) - Insuficiência de prestação de serviços domiciliários ao nível dos cuidados continuados 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar 1378 vagas em equipamentos para pessoas idosas, até 2010 e 3220 vagas até 2015 (<i>PNAI</i>) - Concluir através do Programa PARES 18.060 vagas em Lares para Idosos, Serviços de Apoio Domiciliário e Centros de Dia, até 2009 (<i>PNAI</i>) - Requalificar 300 equipamentos (para idosos) até 2010 (<i>PNAI</i>) - Criação de lugares/vagas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, até 2010: <ul style="list-style-type: none"> - Unidades Convalescença: 1630 lugares; Unidades Média Duração: 1851 lugares; Unidades de Longa Duração e Manutenção: 4515 lugares; Unidades Cuidados Paliativos: 220 lugares; Unidades de Dia e Promoção de Autonomia: 100 lugares (experiência piloto) (<i>PNAI</i>) - Criação de lugares/vagas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, até 2010: <ul style="list-style-type: none"> - Unidades Convalescença: 1855 lugares; Unidades Média Duração: 2601 lugares; Unidades de Longa Duração e Manutenção: 5152 lugares; Unidades Cuidados Paliativos: 618 lugares (<i>ENDS</i>) - Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: <ul style="list-style-type: none"> - aumento de 409 lugares em Centro de Dia; - aumento de 273 lugares em Lares de Idosos; - criação de mais 500 lugares em Apoio Domiciliário - criação de mais 96 lugares em Lar Residencial - criação de mais 34 lugares em Residência Autónoma - criação de 5 Unidades (convalescença, média e longa duração) e 123 camas no âmbito da RNCC (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo 2 – Promoção da Saúde e da Integração e Actuação na Vulnerabilidade Social	- Carência de profissionais ao nível dos cuidados de saúde	- N.º de médicos por mil habitantes: 3,5 até 2010 (<i>ENDS</i>)
	- Alcoolismo - Toxicodependência - Circulação e/ou consumo de substâncias psicoactivas em contexto escolar	<p>- Contribuir para uma adequada e eficaz estratégia internacional e europeia face ao problema mundial da droga, nas vertentes da redução da procura e da oferta, incluindo o combate ao tráfico ilícito e ao branqueamento de capitais (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p> <p>- Assegurar uma melhor informação da sociedade portuguesa sobre o fenómeno da droga e da toxicodependência e sobre a sua evolução, bem como sobre a perigosidade das diferentes drogas, numa perspectiva de prevenção (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p> <p>- Reduzir o consumo de drogas, sobretudo entre os mais jovens (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p> <p>- Garantir os meios necessários para o tratamento e a reinserção social dos toxicodependentes (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p> <p>- Defender a saúde pública e a segurança de pessoas e bens (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p> <p>- Reprimir o tráfico ilícito de drogas e o branqueamento de capitais (<i>Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012</i>)</p>
	- Precariedade Económica - Elevados encargos com a habitação - Falta de apoios pecuniários aos mais desfavorecidos, designadamente ao nível da medicação	<p>- Redução de pelo menos 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020; faseada por três ciclos: 2010-2013 redução de, pelo menos, 50 mil indivíduos; 2014-2016 redução de, pelo menos, 75 mil indivíduos; 2017-2020 redução dos restantes (<i>PNR 2020</i>)</p> <p>- Abranger todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e com rendimentos inferiores a 4800 euros/ano com: complemento de rendimento, apoio para compra de medicamentos, apoio à aquisição de próteses dentárias e apoio na aquisição de óculos e lentes (<i>PNAI</i>)</p>
	- Falta de respostas ao nível do acompanhamento de famílias desestruturadas (Terapia/Mediação Familiar; Falta de programas de Educação Parental) - Dificuldades no acesso das crianças/jovens em risco a serviços de saúde (médico de família, especialidades de Pedopsiquiatria e Estomatologia)	<p>- Formar e qualificar famílias (500) com crianças/jovens abrangidos por medidas de promoção e protecção, até 2010 (<i>PNAI</i>)</p> <p>- Celebrar 180 protocolos DOM para Lares de Infância e Juventude, abrangendo 6000 crianças e jovens e suas famílias, até 2010 (<i>PNAI</i>)</p> <p>- Avaliar 100% da rede de Lares e intervir nos Lares de Infância e Juventude que necessitam de requalificação, até 2010 (<i>PNAI</i>)</p> <p>- Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: - criação de 2 apartamentos de autonomização (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)</p> <p>- Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas respostas sociais: - 29 Lares de Infância e Juventude abrangidos pelo Plano DOM (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)</p>

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo 2 – Promoção da Saúde e da Integração e Actuação na Vulnerabilidade Social	- Ausência de alojamentos e soluções para a autonomia habitacional de vítimas de violência doméstica	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação do projecto de teleassistência a vítimas de violência doméstica (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Acolhimento de vítimas de violência doméstica em situação de emergência em respostas integradas já existentes (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Promover medidas que facilitem o acesso à habitação a vítimas de violência doméstica no âmbito da atribuição de fogos de habitação social (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Priorizar o ingresso de crianças filhos de vítimas de violência doméstica em equipamentos sociais de apoio à infância (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: <ul style="list-style-type: none"> - criação de 1 Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	- Inexistência de programas de prevenção da Violência Doméstica e de Intervenção com Agressores/as	<ul style="list-style-type: none"> - Alargamento a todo o território nacional do Programa para Agressores de Violência Doméstica – PAVD (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Concepção, edição e divulgação de materiais para técnicos que intervenham junto de agressores (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Integração nas equipas de saúde mental comunitária de projectos na área da violência doméstica (<i>Plano Nacional de Saúde Mental</i>)
	- Carência de Equipamentos e Respostas Sociais na área da Deficiência: Centro Actividades Ocupacionais, Lar Residencial, Intervenção Precoce - Insuficiência de respostas de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) até 2013 (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Criar 836 vagas em equipamentos para pessoas com deficiência, até 2010 (<i>PNAI</i>) - Executar o aumento da capacidade dos lares residenciais, do Serviço de Apoio Domiciliário e dos CAO (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Criar um sistema objectivo para gestão de vagas em Lar Residencial e CAO (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Planificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais na área do Grande Porto: <ul style="list-style-type: none"> - construção de 1 Lar Residencial com CAO e SAD; - criação de 30 vagas em CAO (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	- Ausência de respostas à Multideficiência ao nível dos 2º e 3.º ciclos	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar e ajustar as unidades especializadas e escolas de referência para apoio a alunos com multideficiência, do espectro do autismo, surdos e cegos, em função das necessidades (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Promover a transição dos alunos com NEE entre diferentes níveis de ensino e para o mercado de trabalho (<i>ENDEF – Eixo 3</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo 2 – Promoção da Saúde e da Integração e Actuação na Vulnerabilidade Social	- Ausência de centros de recursos concelhios (equipas multidisciplinares) para crianças e jovens com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Criar redes virtuais que reúnam os professores de educação especial nas unidades de referência, à semelhança da rede de centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a educação especial (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Promover a cooperação entre estruturas locais e supra locais da rede social relativamente aos direitos das pessoas com deficiência: criação de grupos de trabalho para a área da deficiência em cada Plataforma Supraconcelhia (<i>ENDEF – Eixo 3</i>)
	- Dificuldades na integração profissional das pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar os apoios à integração, manutenção e reintegração no mercado de trabalho, no âmbito do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Implementar a medida emprego apoiado através da realização de actividades profissionais ou socialmente necessárias, bem como em contexto laboral, sob a forma de estágios (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Desenvolver acções de formação dirigidas aos elementos das equipas técnico-pedagógicas dos Centros Novas Oportunidades (<i>ENDEF – Eixo 3</i>) - Abranger 2000 pessoas com deficiência em processo de RVCC, até 2010 (<i>PNAI</i>) - Abranger 2978 pessoas com deficiência inscritas e encaminhadas pelos Centros de Emprego no âmbito dos Planos Pessoais de Emprego, até 2010 (<i>PNAI</i>) - Apoiar a integração profissional de pessoas com deficiência: abranger 2978 pessoas (<i>PNAI</i>) - Favorecer a participação no mercado de trabalho <ul style="list-style-type: none"> - integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; - sensibilização de 5 empresas de inserção para a integração de pessoas com deficiência; - criação de 2 Enclaves de Emprego - informação de entidades empregadoras sobre medidas de emprego protegido (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	- Insuficiência ao nível das acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar e rever o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que define as condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais (<i>ENDEF – Eixo 4</i>) - Promover a acessibilidade nas unidades de saúde do SNS (<i>ENDEF – Eixo 4</i>) - Disponibilizar um guia de apoio às pessoas com deficiência e incapacidades nos serviços do Ministério da Justiça (<i>ENDEF – Eixo 5</i>) - Realizar estudos e investigação no âmbito dos direitos das pessoas com deficiências e incapacidades (<i>ENDEF – Eixo 5</i>)

Eixos de Intervenção	Problemas Prioritários Diagnóstico Social 2010	Objectivos/metapas definidas nos Planos e Programas Nacionais
Eixo III – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de articulação entre instituições e serviços - Falta de apoios /financiamento às instituições do 3.º sector 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional (<i>PO Regional Norte</i>) - Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas respostas sociais: <ul style="list-style-type: none"> - implementação de 1 Modelo de Gestão da Qualidade das Instituições (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>) - Reforçar a cooperação interinstitucional e potenciar dinâmicas associativas e de voluntariado: <ul style="list-style-type: none"> - formação de dirigentes associativos; - formação em gestão e cultura organizacional das associações (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)
	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de formação específica para técnicos/as: crianças e jovens em risco/Mediação Familiar/ Intervenção Motivacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação para a inovação organizacional: concepção e gestão de projectos; gestão e inovação nas instituições; prospectiva e planeamento regional e local (serviço da administração pública central, autarquias locais e outras entidades públicas ou privadas) (<i>PO Regional Norte</i>) - Apoiar formações estratégicas para a gestão e a inovação na Administração Pública (inclui formação para docentes: desenvolvimento de competências articuladas com a implementação de planos de capacitação de docentes em áreas de conhecimento estruturantes, sendo a intervenção centrada na promoção de resultados escolares dos alunos e contributiva para o combate ao insucesso escolar) (<i>POPH – Eixo 3</i>) - Formação em Violência de género e Igualdade de género (<i>POPH – Eixo 7</i>) - Promoção de acções de formação que habilitem para a função de técnico/a de apoio à vítima (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Criação de parcerias com estabelecimentos de ensino superior para formação em violência doméstica e de género (<i>IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica</i>) - Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas respostas sociais: <ul style="list-style-type: none"> - formação de 25 técnicos (<i>Referencial Estratégico Plataforma Supraconcelhia Grande Porto</i>)

Capítulo 3

Plano de Desenvolvimento Social

Como já tivemos oportunidade de ver, o actual Plano de Desenvolvimento Social estrutura-se em torno de 3 Eixos de Intervenção:

- Eixo 1 – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade, que se desdobra em 7 objectivos estratégicos e 20 objectivos específicos;
- Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social, que integra 10 objectivos estratégicos e 35 objectivos específicos;
- Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações, composto por 4 objectivos estratégicos e 8 específicos.

Além destes Eixos, assenta ainda num objectivo estratégico transversal na área da Prevenção:

- Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde, que se desdobra em 3 objectivos específicos.

No quadro seguinte está ilustrado, em esquema, o resumo destes Eixos de Intervenção e objectivos Estratégicos.

De seguida serão apresentados, de forma mais aprofundada, cada um dos Eixos de Intervenção e dos objectivos estratégicos e específicos que os compõem, acompanhados, sempre que necessário, de uma breve explicação.

Eixos e Objectivos Estratégicos do PDS 2011- 2014

	Eixo 1 – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade	Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social	Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações
Objectivo Transversal 1. Elaborar e implementar um programa concelho de promoção e educação para a saúde	<p>E1/01. Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as</p> <p>E1/02. Reduzir ou manter as taxas de saída precoce, não ultrapassando as metas definidas no Programa Nacional de Reformas 2020</p> <p>E1/03. Minimizar os efeitos da insuficiência de Recursos Humanos nas Escolas</p> <p>E1/04. Até final de 2014, aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 4000 activos</p> <p>E1/05. Até final de 2014, 25% de Desempregados/as de Longa Duração e todos/as os/as desempregados/as há menos de 1 ano participam numa medida activa de emprego – formação, reconversão, experiência profissional – que promova a empregabilidade</p> <p>E1/06. Até final de 2014, as entidades promotoras de formação qualificante para jovens e adultos/as, o IEFP e o tecido empresarial articulam, de forma sistemática, a oferta formativa adequada às necessidades do mercado de emprego</p> <p>E1/07. Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação da vida familiar e profissional</p>	<p>E2/01. Até final de 2014, as pessoas com doença mental e suas famílias têm acesso a respostas adequadas às suas necessidades</p> <p>E2/02. Melhorar os níveis de protecção e actuação junto de crianças e jovens em risco e suas famílias</p> <p>E2/03. Alargar o âmbito de intervenção do IDT nas áreas da reinserção/tratamento e prevenção no Concelho</p> <p>E2/04. Até final de 2014, aumentar a rede de respostas sociais para idosos/as e/ou pessoas em situação de dependência</p> <p>E2/05. Melhorar a inserção de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social</p> <p>E2/06. Melhorar e qualificar o atendimento e acompanhamento ao nível da violência doméstica</p> <p>E2/07. Facilitar a integração profissional de pessoas com deficiência</p> <p>E2/08. Melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência</p> <p>E2/09. Até final de 2014, ampliar a rede concelhia de equipamentos/serviços de apoio a pessoas com deficiência</p> <p>E2/10. Aumentar a rede de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência</p>	<p>E3/01. Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação inter-institucional</p> <p>E3/02. Fomentar a partilha e divulgação de informação</p> <p>E3/03. Implementar o sistema de Gestão da Qualidade nas Respostas Sociais Típicas das Instituições do 3.º Sector</p> <p>E3/04. Até final de 2014, melhorar competências técnicas específicas de 25% dos/as técnicos/as de intervenção social</p>

Objectivo Transversal – Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde

Este objectivo assume um carácter transversal, sem se enquadrar especificamente em nenhum dos Eixos definidos, responde a vários problemas e necessidades identificadas e enquadradas nos diferentes Eixos. Efectivamente é inegável a importância da **prevenção** e da promoção de estilos de vida saudável nas mais variadas áreas, desde a saúde à segurança rodoviária, passando pela educação para o consumo.

No âmbito da prevenção a escola é entendida como o palco central, pelo que o Programa Nacional de Saúde Escolar, e os projectos que se enquadram neste programa, são os instrumentos de excelência de promoção de estilos de vida saudáveis e de prevenção de comportamentos de risco.

O objectivo de elaborar um programa concelhio, com o envolvimento de todas as entidades parceiras que desenvolvem acções na área da prevenção, parte da necessidade de planear e racionalizar a intervenção também a este nível, fomentando a implementação, nos agrupamentos de escola e escolas não agrupadas, de projectos que respondam aos problemas prioritários identificados, tendo em consideração os recursos locais.

Objectivos Específicos:

1.1 – Até final de 2011, elaborar um diagnóstico de situação ao nível da promoção da saúde

O diagnóstico de situação deverá incluir o levantamento de todos os projectos ao nível da prevenção que estão a ser implementados no Concelho, bem como a caracterização dos problemas prioritários nas diferentes freguesias, recursos existentes e a definição de objectivos para o concelho neste âmbito.

1.2 - Até ao final do 1º semestre de 2012, elaborar um plano de acção.

1.3 - Abranger pelo menos uma média de 70% da população – alvo definida para cada projecto.

Quadro 4 - Quadro Resumo do Objectivo Transversal

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
Elaborar e implementar um programa concelhio de promoção e educação para a saúde	- Até final de 2011, elaborar um diagnóstico de situação ao nível da promoção da saúde	- Diagnóstico elaborado	Adesão das entidades parceiras
	- Até ao final do 1º semestre de 2012, elaborar um plano de acção;	- Plano de acção elaborado	
	- Abranger pelo menos uma média de 70% da população – alvo definida para cada projecto.	- N.º de pessoas a envolver em cada projecto - N.º de pessoas envolvidas em cada projecto	

Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade

Este Eixo de Intervenção remete-nos para a necessidade de actuar ao nível da elevação das qualificações escolares e/ou profissionais, quer dos jovens quer dos/as adultos/as, considerando a sua relação com as questões do acesso ao mercado de trabalho.

Para fomentar o ingresso no mercado de trabalho, fundamentalmente das mulheres, é necessário também fomentar a criação de respostas que facilitem/promovam a conciliação da vida familiar com a vida profissional, tais como equipamentos sociais para crianças com idade inferior a 3 anos.

Pretende-se ainda dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao nível da articulação entre as entidades responsáveis pela formação, e entre estas e o tecido empresarial, no sentido de consolidar e aprofundar práticas já criadas no âmbito do anterior Plano de Desenvolvimento Social, ao nível da definição da rede de oferta formativa concelhia.

Objectivo Estratégico

E1/01. Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as

Objectivos Específicos:

E1/01.1 – Até final de 2014, envolver todos os agentes educativos na elaboração e concretização de um projecto educativo municipal

De acordo com o definido na Carta Educativa do Concelho de Valongo, pretende-se elaborar um Projecto Educativo Municipal (PEM) que “deverá ser assumido enquanto instrumento fundamental de enquadramento e/ou apoio aos projectos educativos e parceiros sociais: agrupamentos de escolas, escolas não agrupadas, instituições particulares e cooperativas de educação e ensino, serviços municipais, etc.” (Carta Educativa de Valongo, 2007: 223). A construção deste instrumento partiu da necessidade de intervir de forma mais concertada e planeada na qualidade da educação e formação, bem como de divulgar à população, de forma mais global, as iniciativas educativas que se desenvolvem no Concelho de Valongo. Pretende-se que este processo, quer de elaboração quer de implementação do PEM, seja amplamente participado, envolvendo todos os agentes educativos concelhios.

E1/01.2 - Reduzir ou manter as **taxas de repetência** no concelho de Valongo não ultrapassando 2% no 1.º ciclo, 5% no 2.º ciclo, 10% no 3.º ciclo, 12% no ensino secundário.

Os valores definidos são coincidentes com as metas definidas no Programa Educação 2015.

Em 2008/2009, de acordo com dados fornecidos pelos estabelecimentos escolares, as taxas de retenção no Concelho de Valongo eram 1,9% no 1.º Ciclo, 5,2% no 2.º Ciclo, 11,6% no 3.º Ciclo e 12,4% no Ensino Secundário.

E1/01.3 - Elevar ou manter as percentagens de classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais, tendo como referência as metas definidas no Programa Educação 2015

Traduz-se no cálculo em cada ano lectivo das percentagens das classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais, confrontadas com as Metas Nacionais para o Ensino Público, a saber:

Disciplina	Ano de Escolaridade	Metas 2015
Língua Portuguesa	4º Ano	95,3%
Matemática	4º Ano	92,4%
Língua Portuguesa	6º Ano	92,0%
Matemática	6º Ano	80,1%
Língua Portuguesa	9º Ano	74,7%
Matemática	9º Ano	54,8%
Português	12º Ano	64,4%
Matemática A	12º Ano	69,8%

E1/01.4 - Até 2014, dotar os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública de equipamentos informáticos e de multimédia, tendo como referência as metas nacionais:

- 1 computador por cada 5 estudantes
- 1 quadro interactivo por cada sala de aula do 1.º Ciclo

A meta de 1 computador por cada 5 estudantes é estabelecida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015. Actualmente, nas EB1/JI existem, em média, 1 computador por sala de aula, sem contabilizar os computadores portáteis no âmbito do Programa e-escola.

Relativamente aos quadros interactivos, a autarquia está a promover o processo de aquisição, cumprindo o rácio de 1 por cada 3 salas de aula do 1.º Ciclo.

Relativamente às EB2,3 e Secundárias será necessário proceder ao levantamento para conhecimento do estado actual.

Objectivo Estratégico

E1/02. Reduzir ou manter as taxas de saída precoce, não ultrapassando as metas definidas no Programa Nacional de Reformas 2020

De acordo com os dados actualizados fornecidos pelos Estabelecimentos Escolares, relativos ao ano lectivo 2010/2011, apenas foram contabilizados **114** casos de jovens com idade inferior a 18 anos que abandonaram o sistema de educação e formação, o que traduz uma taxa de cerca de **1%** (!) da população escolar do ensino básico e secundário.

As metas definidas no Programa Educação 2015, relativamente às taxas de desistência são:

- Taxa de desistência aos 14 anos: <1%
- Taxa de desistência aos 15 anos: <2%
- Taxa de desistência aos 16 anos: <4%

A Estratégia 2020 define como objectivo a redução da saída precoce do sistema de ensino e formação, de acordo com a seguinte calendarização da meta: 2011 – 27%; 2012 – 23%; 2013 – 19%; 2014 – 15%; 2020 – 10%

Objectivos Específicos:

E1/02.1 – Até ao ano lectivo 2014/2015, 50% dos/as jovens no ensino secundário frequentam cursos profissionais

No ano lectivo 2009/2010, **543 discentes** do Ensino Secundário frequentavam cursos profissionais, o que significava 22% dos/as jovens do ensino secundário.

A população escolar do ensino secundário no ano lectivo de 2010/2011 é de **1845 alunos/as**, de acordo com a distribuição geográfica seguinte: Alfena: 276, Ermesinde: 719 e Valongo: 850.

Integrar 50% da população escolar em causa em cursos profissionais, corresponde a cerca de **922** jovens.

E1/02.2 – Em cada ano lectivo, integrar todos/as os/as jovens em risco de abandono escolar em respostas de educação e formação

E1/02.3 – Integrar todos/as os/as jovens que não se enquadram em CEF's em respostas formativas adequadas às suas necessidades

Objectivo Estratégico

E1/03. Minimizar os efeitos da insuficiência de Recursos Humanos nas Escolas

Objectivos Específicos:

E1/03.1 - Afectar pelo menos 1 Técnico Superior de Psicologia a cada Escola/Agrupamento de Escolas, em cada ano lectivo

E1/03.2 - Até final de 2014, cumprir a dotação de pessoal não docente definido na legislação em vigor

A Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de Setembro, publicada na sequência da transferência de competências de gestão de funcionários não docentes para as autarquias, define os critérios e a fórmula de cálculo da dotação máxima de referência dos auxiliares de acção educativa. Esta portaria encontra-se em vigor nos estabelecimentos dos concelhos em que essa transferência de competências para os municípios se tenha efectivado, o que, à data, não aconteceu em Valongo.

Nesta Portaria, como referência, a fórmula de cálculo para os auxiliares de acção educativa é a seguinte:

- Educação pré - escolar: um auxiliar para um número igual ou inferior a 40 crianças, a que acresce mais um auxiliar por cada conjunto adicional de 1 a 40 crianças;
- 1.º ciclo do ensino básico: dois auxiliares para um n.º de alunos/as entre 48 e 96, a que acresce mais um auxiliar por cada conjunto adicional de 1 a 48 alunos; mais dois auxiliares no caso de escolas com uma unidade de ensino estruturado; mais dois auxiliares no caso de escolas com uma unidade de apoio especializado; mais um auxiliar por cada sala adicional em qualquer das unidades referidas.

Objectivo Estratégico

E1/04. Até final de 2014, aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 4000 activos

Objectivos Específicos:

E1/04.1 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 800 desempregados inscritos, dos quais 57% do sexo feminino (456 mulheres)

- 30% com escolaridade inferior ao 2.º Ciclo
- 60% com escolaridade inferior ao 3.º Ciclo
- 10% com escolaridade inferior ao Ensino Secundário

Implica envolver o seguinte número de homens e mulheres, de acordo com o nível e escolaridade:

Sexo	Escolaridade inferior 2º Ciclo	Escolaridade inferior 3º Ciclo	Escolaridade inferior Ensino Secundário	Total
Masculino	103	206	35	344
Feminino	137	274	45	456
Total	240	480	80	800

E1/04.2 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 3200 activos empregados, dos quais 52% do sexo feminino (1664 mulheres)

- 30% com escolaridade inferior ao 2.º Ciclo;
- 60% com escolaridade inferior ao 3.º Ciclo;
- 10% com escolaridade inferior ao Ensino Secundário.

Implica envolver o seguinte número de homens e mulheres, de acordo com o nível e escolaridade:

Sexo	Escolaridade inferior 2º Ciclo	Escolaridade inferior 3º Ciclo	Escolaridade inferior Ensino Secundário	Total
Masculino	461	921	154	1536
Feminino	499	999	166	1664
Total	960	1920	320	3200

E1/04.3 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 10% de beneficiários/as de RSI, dos quais 54% do sexo feminino

Significa aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, **854** beneficiários/as de RSI, dos quais **461** do sexo feminino

Objectivo Estratégico

E1/05. Até final de 2014, 25% de Desempregados/as de Longa Duração e todos/as os/as desempregados/as há menos de 1 ano participam numa medida activa de emprego – formação, reconversão, experiência profissional – que promova a empregabilidade

Em Dezembro de 2009 contabilizavam-se 2953 desempregados/as de longa duração (representavam 40,6% do desemprego registado) e 4326 desempregados/as há menos de um ano.

Alcançar o objectivo definido implica abranger cerca de 740 DLD e cerca de 4300 desempregados/as há menos de um ano, tendo por referência os valores de Dezembro de 2009.

Objectivos Específicos:

E1/05.1 - Envolver **300** beneficiários/as de RSI em acções de desenvolvimento de competências básicas

E1/05.2 - Envolver **300** beneficiários/as de RSI em acções de desenvolvimento de competências pessoais

E1/05.3 - Criar, pelo menos, mais uma empresa de inserção

Objectivo Estratégico

E1/06. Até final de 2014, as entidades promotoras de formação qualificante para jovens e adultos/as, o IEFP e o tecido empresarial articulam, de forma sistemática, a oferta formativa adequada às necessidades do mercado de emprego

Na sequência do anterior PDS, o Município de Valongo, através do Gabinete da Rede Social, instituiu uma metodologia de definição da rede de oferta qualificante que passa pela dinamização de reuniões anuais, reuniões essas que envolvem os Agrupamentos de Escola e Escolas Secundárias, a DREN, o Centro de Emprego, centros de formação e demais entidades formadoras que ministram formação no Concelho de Valongo. Com esta metodologia pretende-se, por um lado, a identificação de necessidades de formação qualificante a nível local e, por outro, a articulação das diferentes entidades que promovem formação na oferta a disponibilizar, com vista à promoção da adequação entre a oferta e a procura.

Considerando que esta metodologia versa, essencialmente, sobre a rede de oferta qualificante para jovens, com a definição deste objectivo pretende-se que as diversas entidades articulem, de forma mais sistemática a sua oferta formativa, adequada às necessidades do mercado de emprego.

Pretende-se ainda que esta articulação ocorra no seio da Rede Local de Emprego, criada em 2010, que passa pela sua dinamização e alargamento, envolvendo todas as entidades promotoras de oferta qualificante.

Objectivos Específicos:

E1/06.1 – Até final de 2012, a Rede Local de Emprego integra todas as entidades promotoras de formação

E1/06.2 – A Rede Local de Emprego efectua reuniões periódicas trimestrais com participação de mais de 60% dos elementos

E1/06.3 – Até final de 2012, a Rede Local de Emprego elabora um plano de formação concelhio anual

Objectivo Estratégico

E1/07. Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação da vida familiar e profissional

Objectivos Específicos:

E1/07.1 - Até final de 2014, criar respostas da rede pública e/ou solidária de ocupação de crianças e jovens, durante os períodos sem aulas

E1/07.1 - Até ao final de 2014, atingir a taxa de cobertura de **30%** em serviços de creche e amas

A taxa de cobertura concelhia actual é de 17,8%. A taxa média de Portugal é 30,2% e a meta definida no PNAI, para 2010, era de 33%. Aumentar a taxa de cobertura concelhia para a média nacional implica a quase duplicação da capacidade, a criação de vagas para mais **382** crianças.

Quadro 5 - Quadro Resumo do Eixo I – Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E1/01 - Melhorar os níveis de competências dos/as alunos/as	E1/01.1 – Até final de 2014, envolver todos os agentes educativos na elaboração e concretização de um projecto educativo municipal	<ul style="list-style-type: none"> - Projecto Educativo concelhio elaborado - Agentes educativos envolvidos - N.º de Projectos Educativos dos agrupamentos e escolas que integram medidas do Projecto Educativo Concelhio 	- Adesão dos agentes educativos
	E1/01.2 - Reduzir ou manter as taxas de repetência no concelho de Valongo não ultrapassando <ul style="list-style-type: none"> - 2% no 1.º ciclo; - 5% no 2.º ciclo - 10% no 3.º ciclo; - 12% no ensino secundário; 	- N.º e taxa de retenções por nível de ensino, ano de escolaridade e sexo	
	E1/01.3 - Elevar ou manter as percentagens de classificações positivas, nas diversas provas e exames nacionais, tendo como referência as metas definidas no Programa Educação 2015	- N.º e % de classificações positivas nas provas e exames nacionais	
	E1/01.4 - Até 2014, dotar os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública de equipamentos informáticos e de multimédia, tendo como referência as metas nacionais: <ul style="list-style-type: none"> - 1 computador por cada 5 estudantes - 1 quadro interactivo por cada sala de aula do 1.º Ciclo 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de alunos/as por computador - N.º de salas de aula do 1.º ciclo por quadro interactivo 	- Financiamento externo

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E1/02 - Reduzir ou manter a taxa de saída precoce, não ultrapassando as metas definidas no Programa Nacional de Reformas 2020	E1/02.1 – Até ao ano lectivo 2014/2015, 50% dos/as jovens no ensino secundário frequentam cursos profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de saída precoce/n.º de jovens que abandonam o sistema de educação e formação com idade inferior a 18 anos - N.º de cursos profissionais em funcionamento no concelho - N.º de escolas do concelho com oferta de cursos profissionais - N.º de alunos/as a frequentar cursos profissionais, por curso e sexo 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação/adesão das escolas - Financiamento externo
	E1/02.2 – Em cada ano lectivo, integrar todos/as os/as jovens em risco de abandono escolar em respostas de educação e formação	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de jovens em risco de abandono escolar - N.º de jovens em situação de abandono - N.º de respostas de educação e formação em funcionamento no concelho - N.º de jovens integrados em respostas de educação e formação 	<ul style="list-style-type: none"> - Adesão de jovens e suas famílias
	E1/02.3 – Integrar todos/as os/as jovens que não se enquadram em CEF's em respostas formativas adequadas às suas necessidades	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas existentes/criadas para jovens que não se enquadram em CEF - N.º de jovens que abandonam, sem concluir, Cursos de Educação e Formação - N.º de jovens integrados/as em respostas formativas adequadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de vagas em respostas formativas - Financiamento externo
E1/03 - Minimizar os efeitos da insuficiência de Recursos Humanos nas Escolas	E1/03.1 - Afectar pelo menos 1 Técnico Superior de Psicologia a cada Escola/Agrupamento de Escolas, em cada ano lectivo	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de agrupamentos e escolas não agrupadas com técnico/a superior de psicologia em cada ano lectivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Dotação Orçamental do Ministério de Educação
	E1/03.2 - Até final de 2014 cumprir a dotação de pessoal não docente definido na legislação em vigor	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de pessoal não docente afecto aos estabelecimentos de educação, por tipo de vínculo e sexo 	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E1/04 - Até final 2014, aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 4000 activos	E1/04.1 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 800 desempregados inscritos, dos quais 57% (456) do sexo feminino - 30% com escolaridade inferior ao 2.º Ciclo; - 60% com escolaridade inferior ao 3.º Ciclo; - 10% com escolaridade inferior ao Ensino Secundário	- N.º de desempregados/as inscritos no Centro de Emprego de Valongo por nível de escolaridade e por sexo - N.º de desempregados/as que aumentaram os níveis de qualificação escolar e/ou profissional, por nível de escolaridade e por sexo (via CNO ou formação profissional ministrada no Concelho)	- Candidaturas para formação aprovadas - Financiamento de funcionamento dos CNO
	E1/04.2 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 3200 activos empregados, dos quais 52% (1664) do sexo feminino - 30% com escolaridade inferior ao 2.º Ciclo; - 60% com escolaridade inferior ao 3.º Ciclo; - 10% com escolaridade inferior ao Ensino Secundário	- N.º de activos empregados que aumentaram os níveis de qualificação escolar e/ou profissional, por nível de escolaridade e por sexo (via CNO ou formação profissional ministrada no Concelho)	- Adesão Público-alvo
	E1/04.3 - Aumentar os níveis de qualificação escolar e/ou profissional de, pelo menos, 10% de beneficiários/as de RSI, dos quais 54% do sexo feminino	- N.º total de beneficiários/as de RSI - N.º de beneficiários/as de RSI que aumentaram os níveis de qualificação escolar e/ou profissional, por sexo (via CNO ou formação profissional ministrada no Concelho)	
E1/05 - Até 2014, 25% de Desempregados de Longa Duração e todos os desempregados há menos de 1 ano participam numa medida activa de emprego – formação, reconversão, experiência profissional – que promova a empregabilidade	E1/05.1 - Envolver 300 beneficiários/as de RSI em acções de desenvolvimento de competências básicas	- N.º de beneficiários/as RSI que participaram em acções de desenvolvimento de competências básicas, no Concelho - N.º de beneficiários/as RSI que participaram em acções de desenvolvimento de competências pessoais, no Concelho	- Adesão entidades parceiras
	E1/05.2 - Envolver 300 beneficiários/as de RSI em acções de desenvolvimento de competências pessoais	- N.º de empresas de inserção existentes - N.º de empresas de inserção criadas	
	E1/05.3 - Criar, pelo menos, mais uma empresa de inserção		- Financiamento

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E1/06 - Até final de 2014 as entidades promotoras de formação qualificante para jovens e adultos/as, o IEFP e o tecido empresarial articulam, de forma sistemática, a oferta formativa adequada às necessidades do mercado de emprego	E1/06.1 – Até final de 2012, a Rede Local de Emprego integra toda as entidades promotoras de formação	- N.º de entidades concelhias que integram a Rede Local de Emprego	- Adesão entidades parceiras
	E1/06.2 – A Rede Local de Emprego efectua reuniões periódicas trimestrais com participação de mais de 60% dos elementos	- N.º de reuniões ordinárias realizadas - % de elementos presentes em cada reunião realizadas	
	E1/06.3 – Até final de 2012, a Rede Local de Emprego elabora um plano de formação concelhio anual	- Plano de formação concelhio elaborado anualmente	
E1/07 - Melhorar a oferta de serviços que promovam a conciliação da vida familiar e profissional	E1/07.1 - Até final de 2014, criar respostas da rede pública e/ou solidária de ocupação de crianças e jovens, durante os períodos sem aulas	- N.º e tipo de respostas para ocupação de crianças e jovens durante períodos sem aulas (projectos com carácter regular, projectos esporádicos)	- Financiamento externo - Financiamento Ministério Segurança Social - Adesão de IPSS ou equiparadas
	E1/07.2 - Até ao final de 2014, atingir a taxa de cobertura de 30% em serviços de creche e amas (implica a quase duplicação da capacidade, criação de vagas para mais 382 crianças)	- Taxa de cobertura efectiva de serviços de creche e amas - N.º de crianças em creche - Capacidade instalada de serviços de creche e amas - N.º de crianças em lista de espera	

Eixo 2 – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social

Tal como acontece na generalidade dos documentos de planeamento nacionais, também neste documento as questões da coesão, inclusão e exclusão social assumem um papel preponderante no crescimento económico e no desenvolvimento social.

Este Eixo de Intervenção inclui as questões da promoção da saúde e da actuação, de uma forma geral, na vulnerabilidade social.

Tenta responder a questões relacionadas com a intervenção ao nível da doença mental, das crianças e jovens em risco, da violência doméstica ou dos comportamentos aditivos, bem como ao nível das pessoas com deficiência, em situação de dependência ou com outro factor de vulnerabilidade social. Nesse sentido integra também as questões relacionadas com as respostas e equipamentos sociais relacionadas com estas temáticas.

Objectivo Estratégico

E2/01. Até final de 2014, as pessoas com doença mental e suas famílias têm acesso a respostas adequadas às suas necessidades

Objectivos Específicos:

E2/01.1 - Criar respostas de apoio a pessoas com doença mental

Pretende-se a criação de respostas integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados para a doença mental, prioritariamente Unidades Residenciais, como Treino de Autonomia e Unidades Sócio-Ocupacionais, que respondam às necessidades concelhias. Além disso pretende-se também criar um Hospital de Dia para doentes psicóticos.

E2/01.2 - Criar respostas de apoio a familiares de doentes psicóticos

Objectivo Estratégico

E2/02. Melhorar os níveis de protecção e actuação junto de crianças e jovens em risco e suas famílias

Objectivos Específicos:

E2/02.1 - Até final de 2012 existem respostas locais ao nível da mediação

E2/02.2 - Até final de 2014, envolver 15% pais de crianças e jovens em risco em acções de educação parental (em contexto de sala e em contexto domiciliário)

Considerando o número de processos em acompanhamento pela CPCJ (209) e pela EMAT (158), esta percentagem definida traduz-se no envolvimento de, pelo menos, **55** pais de crianças e jovens em risco em acções desta natureza

E2/02.3 - Reduzir o tempo de espera de crianças e jovens em risco a serviços de saúde especializados (consultas de pedopsiquiatria)

O alcance deste objectivo poderá passar pelo estabelecimento de um mecanismo de priorização de crianças/jovens em risco aos serviços de pedopsiquiatria.

Objectivo Estratégico

E2/03. Alargar o âmbito de intervenção do IDT nas áreas da reinserção/tratamento e prevenção no Concelho

Objectivos Específicos:

E2/03.1 - Até final 2012 conhecer a actual situação das substâncias psicoativas no Concelho

E2/03.2 - Aumentar em 10% o número de utentes da consulta descentralizada

Corresponde ao aumento em, pelo menos, 10 utentes na consulta descentralizada de Valongo, que contava com 100 utentes activos.

E2/03.3 - Até final de 2014, aumentar em 10% o número de utentes no Eixo da Reinserção do PRI

Corresponde ao aumento em, pelo menos, 4 utentes na área da reinserção (tinha 40 utentes em 2010)

E2/03.4 - Até final de 2014, desenvolver acções de prevenção na área do consumo de substâncias psicoactivas em todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas.

Objectivo Estratégico

E2/04. Até final de 2014, aumentar a rede de respostas sociais para idosos/as e/ou pessoas em situação de dependência

Objectivos Específicos:

E2/04.1 – Criar 20% de novas vagas em Lar de Idosos da rede solidária

Traduz-se no aumento da capacidade em Lar de Idosos através da criação de, pelo menos, **43** novas vagas

E2/04.2 - Criar 20% de novas vagas em SAD nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e alargar em 30% o nº de acordos para 7 dias

No que respeita ao aumento da capacidade de SAD, traduz-se no aumento da capacidade em SAD nas referidas freguesias através da criação de, pelo menos, **41** novas vagas.

Relativamente aos acordos para 7 dias, o Centro Social de Ermesinde disponibiliza esse serviço, tendo acordo para 30 utentes nestas condições. Alargar em 30% este número implica mais **9** vagas.

E2/04.3 - Até ao final de 2014 criar uma resposta para pessoas com doenças degenerativas e/ou incapacitantes

E2/04.4 - Oferecer respostas que favoreçam a autonomia e o envelhecimento activo

E2/04.5 - Alargar a capacidade de resposta de Unidades de Longa Duração (RNCCI), de âmbito supraconcelhio

Objectivo Estratégico

E2/05. Melhorar a inserção de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social

Objectivos Específicos:

E2/05.1 - Aumentar para 90% a percentagem de processos de RSI com acordo de inserção contratualizado

Em 2009, dos 3662 processos activos, 2678 tinham acordo de inserção contratualizado, o que significa 73%. Para alcançar o objectivo definido (90%), terá de se assistir a um aumento substancial do n.º de acordos de inserção contratualizados, na ordem dos 620 processos, sendo que este número deverá rondar os 3300, tendo por referência os dados de 2009.

E2/05.2 - Contratualizar processos de acção social

Adoptar, nos processos no âmbito da Acção Social, o mesmo procedimento utilizado no âmbito do RSI.

E2/05.3 - Alargar respostas locais de apoio ao nível da medicação para pessoas em situação de precariedade

Actualmente existem, no Concelho, 2 respostas a este nível local, promovidas pelo Rotary Clube de Ermesinde e pela Loja Social do Município de Valongo.

E2/05.4 - Alargar o n.º de pessoas em situação de precariedade abrangidas por respostas locais de apoio alimentar

Objectivo Estratégico

E2/06. Melhorar e qualificar o atendimento e acompanhamento ao nível da violência doméstica

Objectivos Específicos:

E2/06.1 - Aumentar a integração de agressores em programas de intervenção

Existe um Programa para Agressores de Violência Doméstica, de âmbito nacional, mas que se dirige apenas a arguidos ou condenados em medida de execução na comunidade pela prática de crimes de violência doméstica / de género.

Seria importante estruturar um programa de intervenção com agressores prévio à judicialização, no sentido de poder alargar o público-alvo.

E2/06.2 – Aumentar e qualificar as respostas locais de apoio a vítimas de violência doméstica

Localmente existe, desde Julho de 2011, um Gabinete de Apoio e Promoção de Políticas e Trilhos de Igualdade – **GAPPTI**, um projecto dinamizado pela ADICE que visa, em termos gerais, promover acções que permitam educar para a cidadania activa e contribuir para uma sociedade mais coesa e inclusiva. Desenvolve acções assentes em duas grandes linhas de acção – Prevenção e Intervenção – que dão lugar a um conjunto de actividades diversificadas com vista à promoção da igualdade de género e ao combate à violência doméstica.

Ao nível da Prevenção desenvolve acções de informação e sensibilização e de educação não formal dirigidas a jovens, comunidade educativa, empregadores/as, técnicos/as, população em geral, decisores/as políticos, entre outros.

Ao nível da Intervenção desenvolve intervenção com vítimas de violência doméstica, agressores, terapia familiar, consultoria jurídica, terapia familiar e grupos de ajuda mútua, entre outras acções.

Objectivo Estratégico

E2/07. Facilitar a integração profissional de pessoas com deficiência

Considerando que as medidas de apoio são recentes (resultam do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro), a quantificação destes objectivos reveste-se de uma dificuldade acrescida, pela dificuldade em estabelecer termo de comparação com as medidas anteriores.

Objectivos Específicos:

E2/07.1 - Até final de 2014, integrar pessoas com deficiência em medidas de emprego apoiado (Contratos Emprego-Inserção, Estágios de Inserção, entre outras)

E2/07.2 - Até final de 2014, abranger pessoas com deficiência em processo de RVCC

Objectivo Estratégico

E2/08. Melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência

Objectivos Específicos:

E2/08.1 - Aumentar os níveis de conhecimentos dos/as técnicos/as municipais acerca da aplicação do Decreto-Lei 163/2006

E2/08.2 - Até final de 2012, elaborar um Plano Municipal de eliminação de barreiras arquitectónicas nas principais áreas urbanas do concelho

E2/08.3 - Eliminar barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, de acordo com o Decreto-Lei 163/2006

E2/08.4 - Implementar na área urbana central duma freguesia (a priorizar) o Plano de eliminação de barreiras em espaços públicos

E2/08.5 - Até final de 2012, divulgar os apoios e recursos existentes na área da deficiência

Objectivo Estratégico

E2/09. Até final de 2014, ampliar a rede concelhia de equipamentos/serviços de apoio a pessoas com deficiência

Objectivos Específicos:

E2/09.1 - Criar 24 novas vagas em Lar Residencial

E2/09.2 - Criar 60 novas vagas em Centro de Actividades Ocupacionais

E2/09.3 - Criar uma Equipa Local de Intervenção (ELI) no Concelho de Valongo, no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)

E2/09.4 - Criar uma unidade de ensino estruturado para o 2.º e 3.º ciclo, preferencialmente na Freguesia de Ermesinde

E2/09.5 - Criar duas unidades ao nível da Multideficiência para 2.º e 3.º ciclo, preferencialmente nas freguesias de Valongo e Ermesinde

E2/09.6 - Criar uma equipa multidisciplinar concelhia para intervenção junto de crianças/jovens com deficiência

Objectivo Estratégico

E2/10. Aumentar a rede de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência

Objectivos Específicos:

E2/10.1 - Facilitar o acesso de crianças/jovens com deficiência a respostas de ocupação de tempos livres

E2/10.2 - Criar grupos de auto-ajuda para familiares de pessoas com deficiência

Quadro 6 - Quadro Resumo do Eixo II – Promoção da Saúde e Actuação na Vulnerabilidade Social

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E2/01- Até final de 2014, as pessoas com doença mental e suas famílias têm acesso a respostas adequadas às suas necessidades	E2/01.1 - Criar respostas de apoio a pessoas com doença mental	- Respostas de apoio a pessoas com doença mental, no âmbito da RNCCI para a doença mental, existentes no Concelho	- Financiamento para criação e para funcionamento
	E2/01.2 - Criar respostas de apoio a familiares de doentes psicóticos	- Respostas de apoio a familiares de doentes psicóticos existentes no Concelho	- Adesão das entidades sem fins lucrativos
	E2/02.1 - Até final de 2012 existem respostas locais ao nível da mediação	- N.º de respostas ao nível da mediação em funcionamento no Concelho	
E2/02 - Melhorar os níveis de protecção e actuação junto de crianças e jovens em risco e suas famílias	E2/02.2 - Até final de 2014, envolver 15% pais de crianças e jovens em risco em acções de educação parental (em contexto de sala e em contexto domiciliário)	- N.º de pais de crianças e jovens em risco com frequência de acções de educação parental	- Adesão dos pais
	E2/02.3 - Reduzir o tempo de espera de crianças e jovens em risco a serviços de saúde especializados (consultas de pedopsiquiatria)	- Tempo médio de espera de crianças e jovens em risco a consultas de pedopsiquiatria	- Capacidade de resposta dos serviços de saúde
E2/03 - Alargar o âmbito de intervenção do IDT nas áreas da reinserção / tratamento e prevenção no concelho	E2/03.1 - Até final 2012 conhecer a actual situação das substâncias psicoativas no Concelho	- Diagnóstico concelhio actualizado elaborado	
	E2/03.2 - Aumentar em 10% o número de utentes da consulta descentralizada	- N.º de utentes da consulta descentralizada	
	E2/03.3 - Até final de 2014, aumentar em 10% de utentes no Eixo da Reinserção do PRI	- N.º de utentes do PRI, nos diferentes Eixos	- Continuidade do financiamento do PRIVAL
	E2/03.4 - Até final de 2014, desenvolver acções de prevenção na área do consumo de substâncias psicoativas em todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas	- N.º de acções de prevenção desenvolvidas, por Escola/Agrupamento - N.º de jovens participantes nas acções de prevenção	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E2/04 - Até ao final de 2014 aumentar a rede de respostas sociais para idosos/as e/ou pessoas em situação de dependência	E2/04.1 – Criar 20% de novas vagas em Lar de Idosos da rede solidária	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade instalada de Lar de Idosos, por tipo de estabelecimento e por freguesia - N.º de vagas criadas em Lar de Idosos da rede solidária - N.º de utentes de Lar de Idosos, por tipo estabelecimento e por freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> - Financiamento para criação e para funcionamento de respostas sociais - Adesão das entidades sem fins lucrativos
	E2/04.2 - Criar 20% de novas vagas em SAD nas freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e alargar em 30% o nº de acordos para 7 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade instalada de SAD por tipo de estabelecimento e por freguesia - N.º de vagas criadas em SAD da rede solidária - N.º de utentes de SAD, por tipo estabelecimento e por freguesia - N.º de acordos de SAD para 7 dias - N.º de pessoas em lista de espera para as diferentes respostas sociais para idosos/as, por tipo de estabelecimento e freguesia 	
	E2/04.3 - Até ao final de 2014 criar uma resposta para pessoas com doenças degenerativas e/ou incapacitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Resposta(s) para pessoas com doenças degenerativas e/ou incapacitantes, existente(s) no Concelho - N.º de utentes 	
	E2/04.4 - Oferecer respostas que favoreçam a autonomia e o envelhecimento activo	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas concelhias para promoção de autonomia e envelhecimento activo - N.º de utentes 	
	E2/04.5 - Alargar a capacidade de resposta de Unidades de Longa Duração (RNCCI), de âmbito supraconcelhio	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de Unidades da RNCCI, no Grande Porto - Capacidade das Unidades da RNCCI, no Grande Porto 	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E2/05 - Melhorar a inserção de pessoas em situação de elevada vulnerabilidade social	E2/05.1 - Aumentar para 90% a percentagem de processos de RSI com acordo de inserção contratualizado	- N.º e % de processos de RSI com acordo de inserção contratualizado	- Adesão das entidades
	E2/05.2 - Contratualizar processos de acção social	- N.º de processos de acção social contratualizados	
	E2/05.3 - Alargar respostas locais de apoio ao nível da medicação para pessoas em situação de precariedade	- N.º de respostas locais de apoio ao nível da medicação	
	E2/05.4 - Alargar o n.º de pessoas em situação de precariedade abrangidas por respostas locais de apoio alimentar	- N.º de respostas locais de apoio alimentar - N.º de pessoas beneficiárias de respostas de apoio alimentar	
E2/06 - Melhorar e qualificar o atendimento e acompanhamento ao nível da violência doméstica	E2/06.1 - Aumentar a integração de agressores em programas de intervenção	- N.º de agressores integrados em programas de intervenção com agressores	- Adesão das entidades - Financiamento
	E2/06.2 – Aumentar e qualificar as respostas locais de apoio a vítimas de violência doméstica	- N.º de respostas locais de apoio a vítimas de violência doméstica - N.º de técnicos/as de intervenção social com formação específica ao nível da Violência Doméstica	
E2/07 – Facilitar a integração profissional de pessoas com deficiência	E2/07.1 - Até final de 2014, integrar pessoas com deficiência em medidas de emprego apoiado (Contratos Emprego - Inserção, Estágios de Inserção, entre outras)	- N.º de pessoas com deficiência integradas profissionalmente - N.º de pessoas com deficiência integradas em medidas de emprego apoiado	- Adesão das instituições/empresas
	E2/07.2 - Até final de 2014, abranger pessoas com deficiência em processo de RVCC	- N.º de pessoas com deficiência integradas em processos de RVCC no Concelho	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E2/08 - Melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência	E2/08.1 - Aumentar os níveis de conhecimentos dos/as técnicos/as municipais acerca da aplicação do Decreto-Lei 163/2006	- Plano Municipal de eliminação de barreiras arquitectónicas elaborado	- Financiamento externo
	E2/08.2 - Até final de 2012, elaborar um Plano Municipal de eliminação de barreiras arquitectónicas nas principais áreas urbanas do concelho	- Edifícios públicos intervencionados para eliminação de barreiras arquitectónicas	
	E2/08.3 - Eliminar barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, de acordo com o Decreto-Lei 163/2006	- Plano de eliminação de barreiras em espaços públicos implementado/executado na área central de uma freguesia	
	E2/08.4 - Implementar na área urbana central duma freguesia (a priorizar) o Plano de eliminação de barreiras em espaços públicos	- Apoios e recursos na área da deficiência divulgados	
	E2/08.5 - Até final de 2012, divulgar os apoios e recursos existentes na área da deficiência		
E2/09 – Até final de 2014, ampliar a rede concelhia de equipamentos/serviços de apoio a pessoas com deficiência	E2/09.1 - Criar 24 novas vagas em lar residencial	- Capacidade instalada de Lar Residencial e CAO	- Financiamento para criação e para funcionamento de respostas sociais
	E2/09.2 - Criar 60 novas vagas em Centro de Actividades Ocupacionais	- N.º de vagas criadas e n.º de pessoas em lista de espera para Lar Residencial e CAO	
	E2/09.3 - Criar uma Equipa Local de Intervenção (ELI) no Concelho de Valongo, no âmbito do SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância)	- Equipa Local de Intervenção (ELI) criada	- Adesão das entidades sem fins lucrativos
	E2/09.4 - Criar uma unidade de ensino estruturado para o 2.º e 3.º ciclo, preferencialmente na Freguesia de Ermesinde	- N.º e tipo de unidades para o 2.º e 3.º Ciclos no Concelho, por freguesia	
	E2/09.5 - Criar duas unidades ao nível da Multideficiência para 2.º e 3.º ciclo, preferencialmente nas freguesias de Valongo e Ermesinde		- Aprovação e financiamento do Ministério da Educação - Adesão dos Agrupamentos de Escola concelhios
	E2/09.6 - Criar uma equipa multidisciplinar concelhia para intervenção junto de crianças/jovens com deficiência	- Equipa multidisciplinar concelhia para intervenção junto de crianças/jovens com deficiência	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E2/10 - Aumentar a rede de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência	E2/10.1 - Facilitar o acesso de crianças/jovens com deficiência a respostas de ocupação de tempos livres	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de respostas de ocupação de tempos livres que integram crianças/jovens com deficiência - N.º de crianças/jovens com deficiência a frequentarem respostas de ocupação de tempos livres 	- Adesão dos familiares de pessoas com deficiência
	E2/10.2 - Criar grupos de auto-ajuda para familiares de pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo(s) de auto-ajuda em funcionamento - N.º de pessoas que integram os(s) grupo(s) de auto-ajuda 	

Eixo 3 – Qualificação e Sustentabilidade das Organizações

Este Eixo de intervenção surge da necessidade, cada vez maior, de garantir a qualificação das organizações e da sua intervenção, bem como de garantir a sua sustentabilidade.

Esta qualificação é garantida através da formação, de técnicos/as e dirigentes das instituições, bem como da implementação de modelos de gestão da qualidade das respostas sociais.

Apesar do trabalho desenvolvido já no âmbito do anterior PDS, pretende-se fomentar a consolidação de uma cultura de planeamento conjunto e de articulação entre as instituições que actuam localmente, consolidando desta forma os princípios e a metodologia do Programa Rede Social.

Objectivo Estratégico

E3/01 - Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação inter-institucional

Objectivos Específicos:

E3/01.1 - Até finais de 2012, as instituições envolvidas em projectos e acções integrados nos Planos de Acção da Rede Social utilizam instrumentos de planeamento e avaliação comuns

E3/01.2 – Alargar procedimentos e instrumentos do serviço de atendimento integrado a outras instituições locais

O atendimento integrado envolve actualmente 17 instituições locais, de acordo com o protocolo em vigor.

Objectivo Estratégico

E3/02 - Fomentar a partilha e divulgação de informação

Objectivos Específicos:

E3/02.1 - Até finais de 2012, criar um mecanismo de partilha e acesso a informação entre agentes locais

E3/02.1 – Criar mecanismos de divulgação e circulação da informação à população

Objectivo Estratégico

E3/03 – Implementar o sistema de Gestão da Qualidade nas Respostas Sociais Típicas das Instituições do 3.º Sector

Objectivos Específicos:

E3/03.1 – Até final de 2014, implementar o sistema de gestão da qualidade com base nos manuais do ISS, em todas as IPSS com respostas sociais típicas

Integração das 14 IPSS concelhias e da Santa Casa de Misericórdia de Valongo em processo de gestão da qualidade nas valências com respostas sociais típicas

E3/03.2 – Até final de 2013, todos/as os/as directores/as técnicos/as e pelo menos 1 dirigente de cada IPSS participam em pelo menos 1 acção de formação/workshop sobre gestão da qualidade e sobre estratégias de sustentabilidade

De acordo com dados recentes fornecidos pelas instituições, contabilizam-se **24** directores/as técnicos/as. Pretende-se com este objectivo envolver todos/as os/as directores/as técnicos/as e, no mínimo, 15 dirigentes (um/a de cada IPSS, incluindo a Santa Casa de Misericórdia de Valongo) em, pelo menos, 1 acção de formação/workshop nas áreas definidas

Objectivo Estratégico

E3/04 - Até final de 2014, melhorar competências técnicas específicas de 25% dos/as técnicos/as de intervenção social

Objectivos Específicos:

E3/04.1 – Até final de 2014, 30 técnicos/as de intervenção social no Concelho aprofundam conhecimentos em áreas específicas, prioritariamente Mediação Familiar e/ou de Conflitos; Planeamento, Gestão e Avaliação de projectos; Crianças e jovens em Risco; Igualdade de Género e Violência de Género

E3/04.2 – Até final de 2012, todos/as os/as técnicos/as de intervenção envolvidos no Atendimento Integrado frequentam formação em medidas de protecção social e em sistema informático do ISS, IP.

Nos termos do protocolo em vigor, o Atendimento Integrado envolve 18 técnicos/as de intervenção. No entanto, decorrente de algumas alterações ocorridas, actualmente conta com **15** técnicos/as em funções.

Quadro 7 - Quadro Resumo do Eixo III - Qualificação e Sustentabilidade das Organizações

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E3/01 - Consolidar uma cultura de planeamento conjunto e de articulação inter-institucional	E3/01.1 - Até finais de 2012, as instituições envolvidas em projectos e acções integrados nos Planos de Acção da Rede Social utilizam instrumentos de planeamento e avaliação comuns	- Instituições envolvidas em projectos de acção (Planos de Acção Rede Social) - Instrumentos de planeamento e avaliação utilizados por essas instituições	- Adesão das instituições
	E3/01.2 – Alargar procedimentos e instrumentos do serviço de atendimento integrado a outras instituições locais	- Instituições que utilizam procedimentos e instrumentos do serviço de atendimento integrado	
E3/02 - Fomentar a partilha e divulgação de informação	E3/02.1 - Até finais de 2012, criar um mecanismo de partilha e acesso a informação entre agentes locais	- Mecanismo de partilha de informação entre agentes locais criado e em funcionamento	
	E3/02.2 – Criar mecanismos de divulgação e circulação da informação à população	- Mecanismo de divulgação de informação à população criado e em funcionamento	

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
E3/03 – Implementar o sistema de Gestão da Qualidade nas Respostas Sociais Típicas das Instituições do 3.º Sector	E3/03.1 – Até final de 2014, implementar o sistema de gestão da qualidade com base nos manuais do ISS, em todas as IPSS com respostas sociais típicas	- N.º de IPSS com respostas sociais típicas, com implementação do sistema de gestão de qualidade	- Adesão das instituições
	E3/03.2 – Até final de 2013, todos/as os/as directores/as técnicos/as e pelo menos 1 dirigente de cada IPSS participam em pelo menos 1 acção de formação/workshop sobre gestão da qualidade e sobre estratégias de sustentabilidade	- N.º de directores/as técnicos/as que participam nas acções de formação/workshops definidas, por IPSS - N.º de dirigentes que participam nas acções de formação/workshops definidas, por IPSS	
E3/04 - Até final de 2014, melhorar competências técnicas específicas de 25% dos/as técnicos/as de intervenção social	E3/04.1 – Até final de 2014, 30 técnicos/as de intervenção social no Concelho aprofundam conhecimentos em áreas específicas, prioritariamente Mediação Familiar e/ou de Conflitos; Planeamento, Gestão e Avaliação de projectos; Crianças e jovens em Risco; Igualdade de Género e Violência de Género	- N.º de técnicos/as de intervenção que frequentam formação nas áreas definidas	- Adesão dos/as técnicos/as
	E3/04.2 – Até final de 2012, todos/as os/as técnicos/as de intervenção envolvidos no Atendimento Integrado frequentam formação em medidas de protecção social e em sistema informático do ISS,IP	- N.º de técnicos/as do Atendimento Integrado que frequentam formação nas áreas definidas	- Oferta formativa adequada às necessidades

Avaliação

A avaliação é a “análise detalhada dos resultados, efeitos e impactos de um projecto, ou intervenção, tendo em vista as suas eventuais correcção, reformulação, reorientação ou, em alternativa, a extracção de conclusões face à implementação de projectos idênticos no futuro” (Schiefer et al., 2006a:238).

A avaliação deverá ser encarada como um **momento de reflexão**, sendo imprescindível para o planeamento de intervenções subseqüentes, bem como para a (re) orientação da própria acção.

Não pode ser vista pelas instituições, como acontece frequentemente, como algo negativo, como uma “fiscalização” mas sim como um elemento de aprendizagem da parceria, ao permitir a identificação dos aspectos mais positivos e mais negativos, dos eventuais constrangimentos e, consequentemente, uma reflexão conjunta relativamente à forma de os contornar.

Considerando que a avaliação constitui uma componente intrínseca ao processo de planeamento, este Plano de Desenvolvimento Social contempla um plano de avaliação, que agora se explicita.

Essa preocupação com a avaliação está patente quer na formulação dos objectivos S.M.A.R.T. (específicos, mensuráveis, precisos, realistas e delimitados temporalmente), quer na identificação dos indicadores objectivamente verificáveis, que permitem medir o grau de concretização dos objectivos e de execução das actividades.

O modelo de avaliação a utilizar é a **auto-avaliação**, no sentido de que será “realizada pela mesma equipa responsável pela elaboração ou gestão do projecto” (Schiefer et al., 2006a:241), ou seja, pelo Núcleo Executivo do CLAS de Valongo. No entanto serão obviamente envolvidas as instituições ou grupos responsáveis pela execução das diferentes actividades, a definir nos Planos de Acção anuais.

Quanto ao momento de avaliação, ela será **contínua (on-going)**, ou seja, durante a fase de implementação do PDS. Pretende-se elaborar uma bateria de indicadores, acerca dos quais se vai recolher informação periódica, relativamente quer à execução das actividades, quer aos resultados alcançados. No final de cada ano serão elaborados Relatórios de Avaliação dos Planos de Acção e, no final da vigência do PDS, serão apresentados os resultados da avaliação final.

Bibliografia

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS). Acedido em www.portugal.gov.pt

Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF). Acedido em www.portugal.gov.pt

MUNICÍPIO DE CASCAIS (2008). *Plano de Desenvolvimento Social 2008-2011*.

MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2009). *Plano de Desenvolvimento Social 2009-2011*.

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS (2006). *Plano de Desenvolvimento Social 2006/2009*.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA (2008). *Plano de Desenvolvimento Social 2008-2011*.

MUNICÍPIO DE VALONGO (2010). *Diagnóstico Social do Concelho de Valongo*.

MUNICÍPIO DE VALONGO (2005). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2005-2008*

MUNICÍPIO DE VALONGO (2007). *Carta Educativa do Concelho de Valongo*.

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO (2009). *Plano de Desenvolvimento Social 2009-2015*.

PLATAFORMA TERRITORIAL SUPRACONCELHIA DO GRANDE PORTO. *Caracterização e Referencial Estratégico*.

IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica 2011 – 2013. Acedido em www.portugal.gov.pt

IV Plano Nacional Para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011-2013. Acedido em www.cite.gov.pt

Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012. Acedido em www.idt.pt

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008-2010. Acedido em www.pnai.pt

Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Acedido em www.portugal.gov.pt

Programa Educação 2015. Acedido em www.min-edu.pt

Programa Nacional de Reformas Portugal 2020 (PNR). Acedido em www.qren.pt

Programa Operacional Potencial Humano 2007-2013 (POPH). Acedido em www.poph.qren.pt

Programa Operacional Regional do Norte 2001-2013. Acedido em www.qren.pt

Quadro Referencial Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). Acedido em www.qren.pt

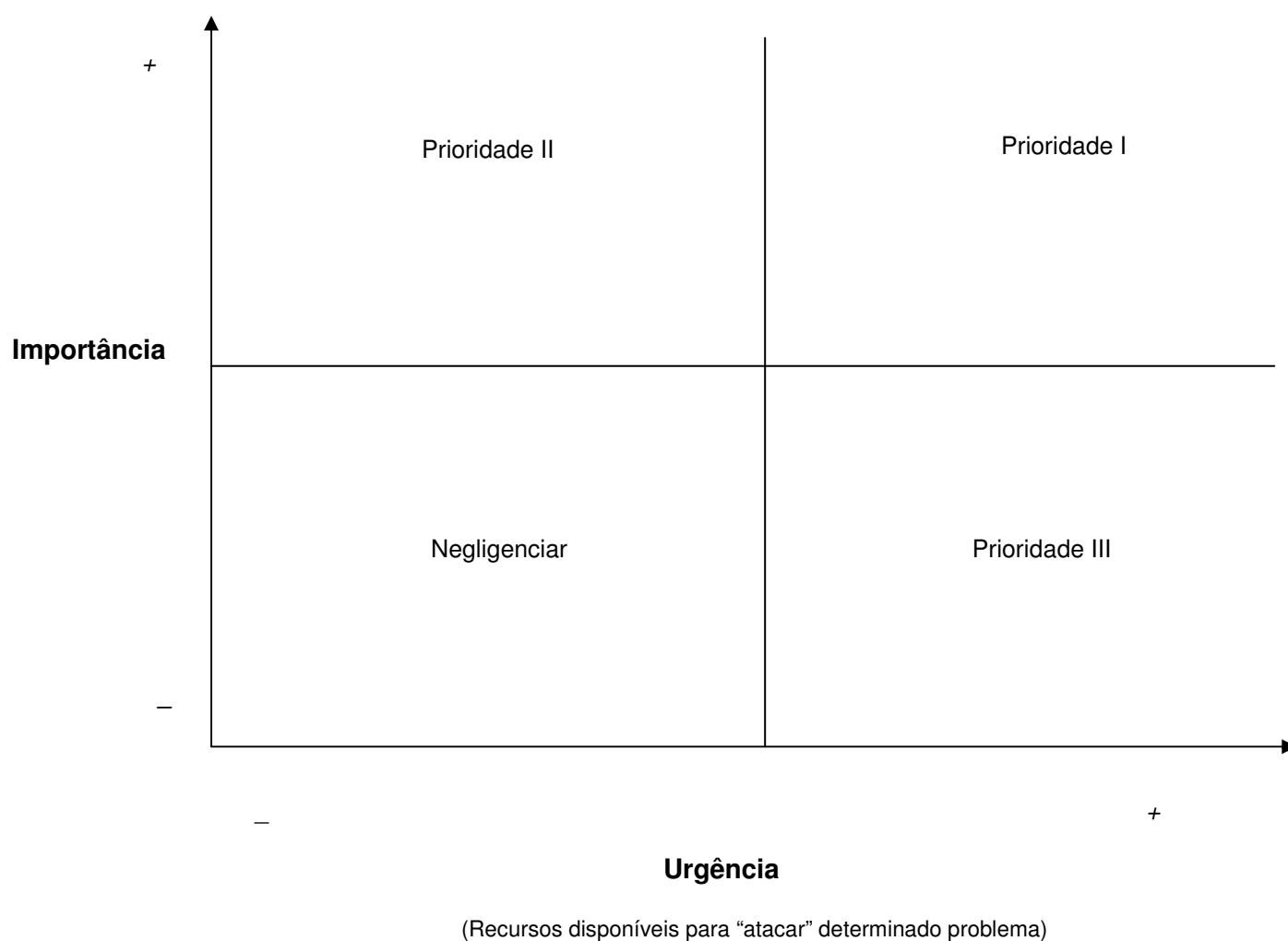
SCHIEFER, Ulrich et al. (2006a). *Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Principia. Cascais.

SCHIEFER, Ulrich; TEIXEIRA, Paulo Jorge; MONTEIRO, Susana (2006b). *MAPA - Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*. Principia. Cascais.

ANEXOS

ANEXO 1

Modelo Eisenhower



Prioridade I – Elevada importância/Elevada urgência

Prioridade II – Muita importância/Fraca urgência (poucos recursos)

Prioridade III – Fraca importância/Elevada urgência

Prioridade IV – Fraca importância/Fraca urgência

ANEXO 2

Grupos Temáticos – Composição e reuniões efectuadas

Grupo Temático *Educação, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade*

Reuniões: 26 de Maio de 2011, no Museu e Arquivo Municipal de Valongo

Participantes	
Júlia Mendes	Facilitadora
Lúcia Ramalho	Facilitadora
Helena Oliveira	Redactora
Ângela Bragança	ADICE - Rede Concelhia de CNO do Concelho de Valongo
Carla Marques Moniz	Município de Valongo – AVL – Clube de Emprego e Formação
Eunice Neves	Município de Valongo – Divisão de Desenvolvimento Económico-Social
Evandro Oliveira	Centro de Emprego de Valongo
Fátima Rocha	Núcleo Executivo/Centro de Emprego de Valongo
Ilda Soares	Município de Valongo – Departamento de Educação e Acção Social
José Manuel Leite	Escola Profissional de Valongo
Orlando Rodrigues	Agrupamento de Escolas de Campo
Paula Sinda	Escola Secundária Valongo
Sónia Macedo	Município de Valongo – Divisão de Acção Social
Virgínia Varandas	Agrupamento de Escolas de Campo

Grupo Temático Saúde e Grupos Vulneráveis**Reuniões:** 25 de Maio de 2011, no Museu e Arquivo Municipal de Valongo

15 de Junho de 2011, na Sede do Agrupamento de Centros de Saúde de Valongo

Participantes	
Júlia Mendes	Facilitadora
Lúcia Ramalho	Facilitadora
Helena Oliveira	Redactora
Ana Eugénia Sousa	Núcleo Executivo/ Instituto de Segurança Social, IP - Valongo
António Pais	ACES de Valongo
Carla Moreira	Instituto de Segurança Social, IP - Valongo
Cassiano Santos	Hospital N.º Sra. Conceição de Valongo – Serviço Psiquiatria
Cecília Jorge	Centro de Acolhimento Mãe D'Água
Delfina Barbosa	Hospital N.º Sra. Conceição de Valongo
Fátima Aparício	ADICE - Interval
Fátima Barbosa	Núcleo Executivo/ACES Valongo
Fernanda Varela	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
José Luís Sepúlveda	ACES de Valongo
Maria de Lurdes Pinto	ACES de Valongo
Marta Fonseca	ISS, IP – Equipa Multidisciplinar Assessoria Tribunais
Rosa Barbosa	Núcleo Executivo/ Hospital N.º Sra. Conceição de Valongo
Rosa Maria Tavares	Direcção Geral de Reinserção Social
Sérgio Lima	Município de Valongo – Departamento de Educação e Acção Social
Sónia Macedo	Município de Valongo – Divisão de Acção Social
Susana Machado	Instituto da Droga e da Toxicoddependência
Susana Machado	ADICE - Prival

Grupo Temático *Deficiência e Incapacidades***Reuniões:** 2 de Junho de 2011, no Museu e Arquivo Municipal de Valongo

16 de Junho de 2011, no Museu e Arquivo Municipal de Valongo

Participantes

Júlia Mendes	Facilitadora
Lúcia Ramalho	Facilitadora
Helena Oliveira	Redactora
António Fernandes	Município de Valongo – DOMT – Gabinete de Projectos
Carla Marques	Comunidade Inserção - ADICE
Célia Almeida	Centro de Reabilitação da Areosa
Gracinda Pirraco	Agrupamento Vertical de S. Lourenço
Ilda Soares	Município de Valongo – Departamento de Educação e Acção Social
Jorge Vidal	Instituto de Seguranças Social, IP – Núcleo Respostas Sociais
Maria Manuela Dias	Agrupamento Vallis Longus
Marta Gonçalves	Centro Social e Paroquial de Alfena – Unidade de Deficiência
Rosa Branca Pereira	Centro de Emprego de Valongo
Sónia Macedo	Município de Valongo – Divisão de Acção Social

Grupo Temático *Qualificação e Sustentabilidade das Organizações***Reuniões:** 8 de Junho de 2011, no Museu e Arquivo Municipal de Valongo**Participantes**

Júlia Mendes	Facilitadora
Lúcia Ramalho	Facilitadora
Helena Oliveira	Redactora
Albertina Alves	Centro Social de Ermesinde
António Vasques	Casa do Povo de Ermesinde
Branca Martins	Instituto de Seguranças Social, IP – Núcleo Respostas Sociais
Isabel Cunha	Centro Social e Paroquial St. André de Sobrado
Isabel Sousa	Casa do Povo de Ermesinde
José Fernando Rocha	Associação Promoção Social Calvário
Manuela Rocha	Núcleo Executivo/ADICE
Maria da Conceição Lamas	Centro Social e Paroquial St. André de Sobrado
Rosa Maria Pinto	Associação Promoção Social e Cultural de Ermesinde
Rosa Vale	Santa Casa da Misericórdia de Valongo
Sónia Macedo	Município de Valongo – Divisão de Acção Social
Sónia Teixeira	Centro Paroquial e Social S. Martinho Campo
Vera Matos	Associação Viver Alfena

Grupo Temático *Prevenção***Reuniões:** 22 de Julho de 2011, na sala de reuniões do Departamento de Educação e Acção Social

26 de Julho de 2011, na sala de reuniões do Departamento de Educação e Acção Social

Participantes

Júlia Mendes	Facilitadora
Lúcia Ramalho	Facilitadora
Helena Oliveira	Redactora
Ana Cristina Viegas	ACES de Valongo – Unidade de Saúde Pública
Ângela Menezes	ACES de Valongo – Unidade de Saúde Pública
Paulo Rompante	CESPU
Sérgio Lima	Município de Valongo – Departamento de Educação e Acção Social
Susana Machado	ADICE – Prival